





#### Organizadores Marcelo Araujo, Leonardo Di Blanda, Martina Molinu

# Mapeamento participativo das comunidades remanescentes de quilombo e dos conflitos ambientais do Vale do Iguape



#### REITOR

Sílvio Luiz Oliveira Soglia

#### VICE-REITORA

Georgina Gonçalves dos Santos

#### PRÓ-REITORIA DE EXTENSÃO

#### PRÓ-REITORA

Tatiana Ribeiro Velloso

#### COORDENADORA DE CULTURA E UNIVERSIDADE

Daniele Pereira Canedo

#### NÚCLEO DE EDUCAÇÃO E AÇÕES COMUNITÁRIAS

Sérgio Luiz Bragatto Boss Adriele de Jesus Sousa Tábata Figueiredo Dourado

#### FICHA CATALOGRÁFICA

M297 Mapeamento participativo das comunidades remanescentes de quilombo e dos conflitos ambientais do Vale do Iguape, Recôncavo da Bahia / Marcelo Henrique Siqueira de Araujo (Org.), Leonardo Di Blanda (Org.), Martina Molinu (Org.), Cruz das Almas, BA: UFRB, 2019. 84p; il.

ISBN: 978-85-5971-098-4

Comunidade quilombola – Cartografia. 2.Quilombos – Territorialidade humana. 3.Mapas – Análise. I.Universidade Federal do Recôncavo da Bahia. II.Araujo, Marcelo Henrique Siqueira de. III.Blanda, Leonardo Di. IV.Molinu, Martina. V.Titulo.

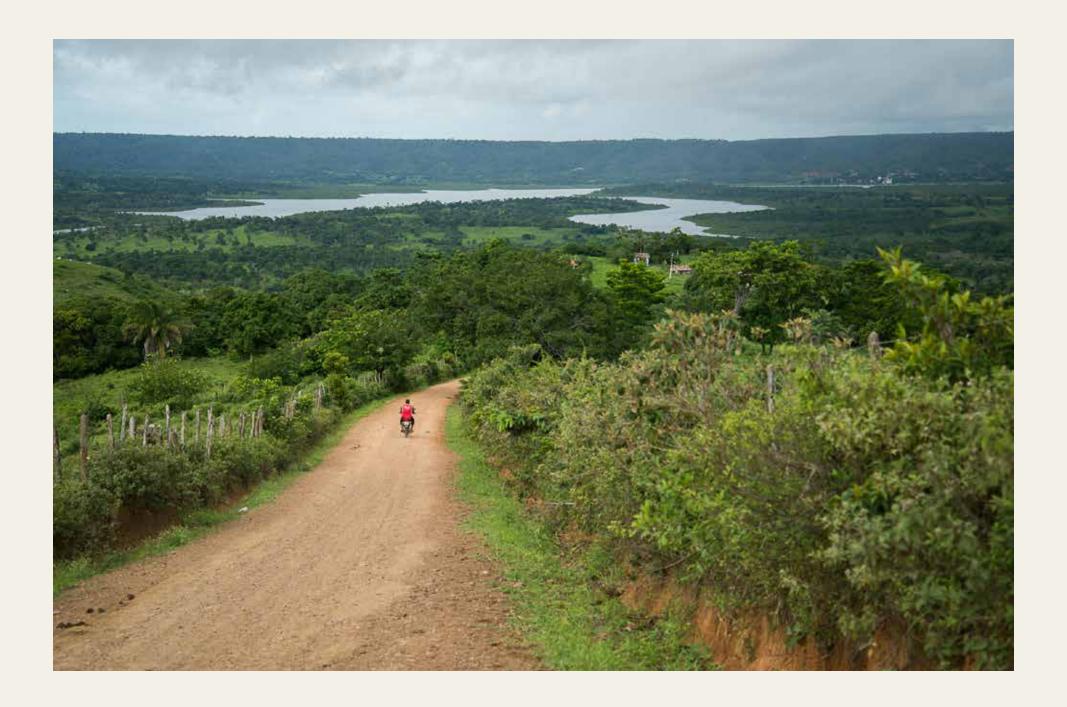
CDD: 528.912

Ficha elaborada pela Biblioteca Universitária de Cruz das Almas – UFRB. Responsável pela Elaboração – Antonio Marcos Samento das Chagas (Bibliotecirio – CRB5 / 1615). Os dados para catalogação foram envisados pelos usuários via formulário eletrônico.

# **SUMÁRIO**

CAMINHOS POSSÍVEIS	7
PARCEIROS PARA A DEFESA E A AFIRMAÇÃO DOS DIREITOS	
QUILOMBLAS	9
O RECÔNCAYO E A UFRB: AÇÕES INTEGRADAS COM	
AS COMUNIDADES TRADICIONAIS E SOCIEDADE CIVIL	11
RESEX MARINHA BAÍA DO IGUAPE	13
FORMAÇÃO DE JOVENS PARA O MONITORAMENTO AMBIENTAL	
DOS TERRITÓRIOS QUILOMBOLAS DO VALE DO IGUAPE	15
O VALE E A BAÍA DO IGUAPE	18
VULNERABILIDADES SOCIOAMBIENTAIS NO TERRITÓRIO	
QUILOMBOLA DA BACIA E VALE DO IGUAPE	20
KAONGE	22
DENDÊ	25
KALEMBÁ	28
ENGENHO DA PONTE	31
ENGENHO DA PRAIA	34
TOMBO/PALMEIRA	37
KALOLÉ	40
IMBIARA.	43

ENGENHO DA VITÓRIA	46
KAIMBONGO	49
ENGENHO NOVO	52
ENGENHO DA CRUZ	55
SÃO FRANCISCO DO PARAGUAÇU	58
SANTIAGO DO IGUAPE	61
BREJO DA GUAIBA	64
TABULEIRO DA VITÓRIA	67
MUTECHO E ACUTINGA	70
CONFLITOS AMBIENTAIS NO VALE DO IGUAPE	73
BARRAGEM E HIDRELÉTRICA DE PEDRA DO CAVALO	75
ESTALEIROS NA FOZ DO RIO PARAGUAÇÚ	76
AS INDÚSTRIAS DE COURO E PAPEL	77
MONOCULTIVOS DE EUCALIPTO	78
OS CONFLITOS DE ACESSO À TERRA E À ÁGUA	79
MAPAS MENTAIS	80
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	82
CRÉDITOS	83



# Caminhos possíveis

#### Por Ananias Viana

Um produto cuidadosamente construído a fim de contribuir para um reconhecimento geográfico, empoderamento dos territórios, como fonte de desenvolvimento sustentável e preservação do meio ambiente, dos bens materiais e imateriais, e, ainda, como forma de manter as suas ancestralidades vivas.

Um documento estratégico que serviu para os jovens ampliarem seus conhecimentos e aprendizados sobre algo que, até então, somente os acadêmicos da área tinham conhecimento. Agora, as nossas comunidades podem fazer parte do Brasil porque, até então, não se encontrava os nomes dessas comunidades no sistema geográfico, nem mesmo através de sites de ferramentas de pesquisas.

Uma forma de identificar os conflitos internos e externos das nossas comunidades Quilombolas e que será utilizado para nos ajudar a enfrentar outros conflitos que possam surgir, nos ajudando a identificar, também, as políticas públicas correlatas para cada caso. Sempre com a participação e articulação do Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape que, coletivamente, tomará as decisões para o bem de todas e todos.

A intenção é que este trabalho sirva de exemplo para todos os quilombos do Brasil, de modo que tenham subsídios para aprender a construir seus mapas que, inclusive, podem servir de apoio aos estudos antropológicos. O intuito é promover uma profunda compreensão do território no âmbito do Conselho, oferecendo informações qualificadas para sustentar a reivindicação de específicas demandas nos espaços de diálogo político a serem conquistados.

<sup>&</sup>lt;sup>1</sup>Articulador Político Social das Comunidades Quilombolas da Bacia e Vale do Iguape.



# Parceiros para a Defesa e a Afirmação dos Direitos Quilombolas

#### Por Martina Molinu e Leonardo Di Blanda<sup>2</sup>

Quando em 2015 nós adentramos pela primeira vez nos territórios Quilombolas do Iguape, deparamos com um lindo e complexo território, caraterizado por uma densa história e profunda cultura. Quanto mais adentrávamos, quanto mais descobríamos um labirinto de estradas, rios, córregos e morros, mais transparecia um lugar mágico, verde e que carregava consigo uma profunda herança ancestral.

Os nomes, os rostos, as ruinas, tudo remete a um forte passado, no qual cultura indígena e africana, mesclam-se a partir da colonização européia. Uma história que, porém, desde sua origem foi tristemente caraterizada, durante e após o processo de escravização de homens e mulheres, pela presença de conflitos sociais, econômicos e ambientais: acesso à terra e água, espécies de peixe que antes abundavam agora sumiram, coceira ao estar na água para praticar a pesca, atividade tradicional que sempre alimentou as populações do território.

A partir da vontade de resgatar e valorizar esse patrimônio, ambiental e cultural, e atendendo a Carta das Demandas do Núcleo de Desenvolvimento do Território do Recôncavo, nasceu a ideia de promover um percurso de mapeamento participativo das comunidades do território, construído a partir dos saberes e decisões dos moradores. Assim mergulhamos nesse processo, juntos com o Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape - CECVI e Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB.

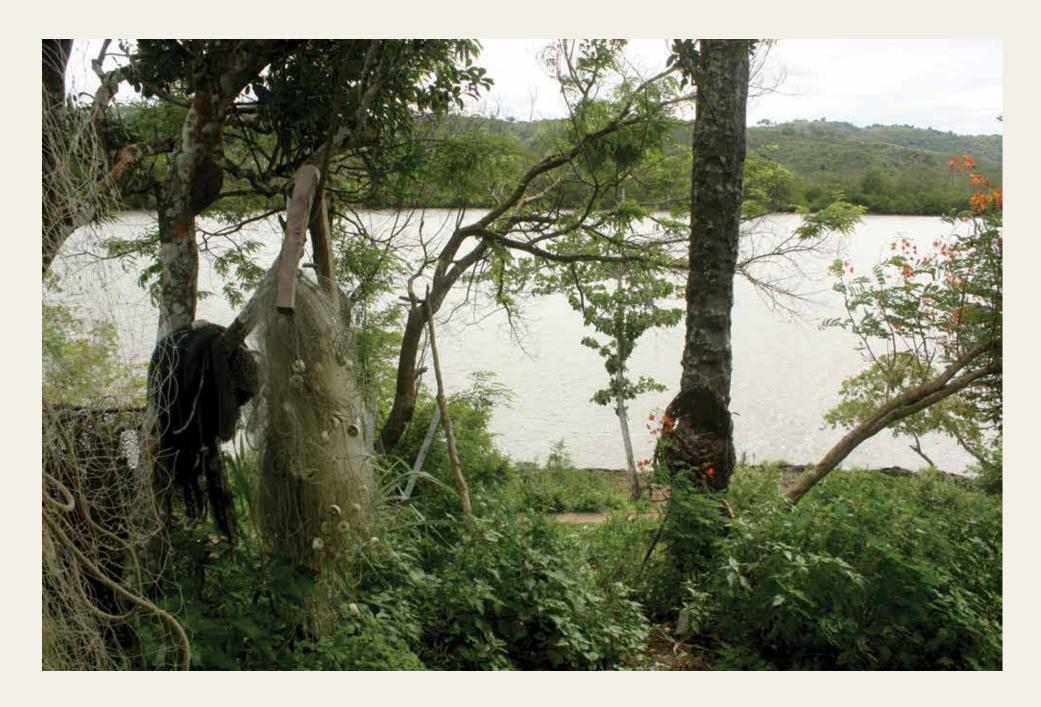
Moradores, adultos e jovens, juntos em um processo de aprendizagem, descoberta de lugares dificilmente acessíveis, mas essenciais para manter a memória do

povo do Iguape, fornecendo informações de qualidade para a compreensão do território, bem como dos conflitos que impactam as comunidades, permitindo o monitoramento dos mesmos. Assim surgiram os primeiros mapas do território, das comunidades e dos conflitos. O que era invisível agora pode ser conhecido e compreendido.

Através da publicação esperamos apresentar um instrumento de proteção e reivindicação de direitos, frente as instituições que tem a obrigação e responsabilidade de proteger essas populações. Um instrumento, inevitavelmente de denúncia, com a esperança que lá onde a voz das populações não consegue chegar, essa publicação possa entrar com mais força, legitimando-a. Um instrumento capaz de aumentar a capacidade de gestão e articulação política das lideranças quilombolas para a definição de estratégias de incidência e de comunicação, a partir de uma aprimorada compreensão do próprio território.

O mapeamento faz parte do Projeto Terra de Direitos, uma parceria estabelecida entre a ONG Cooperazione per lo Sviluppo dei Paesi Emergenti - COSPE, a Associação Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape - CECVI e a Universidade Federal do Recôncavo da Bahia – UFRB, co-financiado pela União Europeia e pela Província Autônoma de Bolzano, Presidenza e Relazioni estere, Ufficio Affari di gabinetto, Cooperazione allo sviluppo. Como COSPE, nos orgulhamos de colaborar para a construção de um mundo em que a diversidade seja considerada um valor.

<sup>&</sup>lt;sup>2</sup> Equipe da Cospe Onlus no Brasil: Diretora Geral e Coordenador Local do Projeto Terra de Direitos.



# O Recôncavo e a UFRB: ações integradas com as comunidades tradicionais e sociedade civil

#### Por Tatiana Velloso e Marcelo Araujo<sup>3</sup>

O Recôncavo da Bahia constitui um território fortemente influenciado pela cultura afrobrasileira, bastante reverenciada por meio da literatura, da música, do cinema, da cultura e das artes em geral. Essas influências são das comunidades remanescentes dos povos africanos que aqui chegaram escravizados, e que resistem arduamente para a manutenção dos seus modos de vida, das suas tradições, dos seus saberes e conhecimentos, mas que carecem historicamente de apoio das políticas públicas e, mesmo, da sociedade.

Neste contexto, a UFRB atua buscando valorizar esta rica cultura e, mais ainda, as pessoas e as comunidades que as produzem. Por meio de ações acadêmicas de extensão, pesquisa e, especialmente, das políticas de ensino, a universidade vem atuando de forma a reconhecer, visibilizar e fortalecer o protagonismo dos povos e comunidades tradicionais, sobretudo, em defesa dos seus territórios e de melhores condições de vida.

A publicação que ora se apresenta é um exemplo das ações e projetos desenvolvidos por docentes e discentes da UFRB, por meio de ampla parceria, envolvendo as comunidades locais e a cooperação internacional, além de importantes órgãos de governo e universidades parceiras.

Os resultados aqui apresentados buscam identificar e mapear os conflitos efetivos e potenciais pelo uso dos recursos naturais nos territórios quilombolas do Vale do Iguape, nos municípios de Cachoeira, São Félix e Maragogipe. Alguns dos conflitos vêm de longa de data, outros mais recentes e menos conhecidos, mas que refletem uma dinâmica que exige mais do que a identificação, o monitoramento e acompanhamento de longo prazo.

Aqui, destaca-se o compromisso em fazê-lo de forma participativa, com o envolvimento das comunidades e buscando, sempre que possível, o envolvimento dos demais sujeitos sociais e instâncias de articulação da sociedade civil, em busca de soluções que respeitem a manutenção do rico contexto social e cultural do Recôncavo.

<sup>&</sup>lt;sup>3</sup>Docentes da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.



Acervo do Instituto Chico Mendes/RESEX Marinha Baía do Iguape

# RESEX Marinha Baia do Iguape

#### Por Sergio Fernandes Freitas<sup>4</sup>

Aproteção, conquista ereconquista dos territórios de povos e comunidades tradicionais, se constitui a principal forma de garantia dos seus modos de vida, garantindo a reprodução física e cultural.

A garantia desses territórios, no entanto, enfrenta a lógica dos poderes dominantes de exploração da natureza e expropriação das áreas tradicionalmente ocupadas, gerando intensos conflitos. Via de regra, os grandes empreendimentos ligados à indústria da celulose, setor hidrelétrico e petroleiro, entre outros ramos industriais, figuram como envolvidos nesses conflitos.

A criação das Reservas Extrativistas (RESEX), a exemplo da RESEX Marinha Baia do Iguape, assim como o reconhecimento e regularização fundiária dos Territórios Quilombolas representam políticas públicas conquistadas no bojo dessas disputas por conquista e proteção territorial e ambiental, que mesmo implantadas, ainda se mostram insuficientes, pois essas áreas, muitas vezes, continuam ameaçadas pelos mesmos empreendimentos.

A percepção e o conhecimento pelos afetados sobre os conflitos que os envolvem, afeta ou pode afetar o seu modo vida, reveste-se de grande importância para os processos emancipatórios, que visam o protagonismo comunitário na defesa dos territórios e dos recursos ambientais neles existentes.

Ao entender a dinâmica dos conflitos que os cercam, as comunidades podem, através de suas organizações, traçar melhor as estratégias de resistência e enfrentamento, inclusive no fortalecimento da RESEX Marinha Baia do Iguape e dos Territórios Quilombola adjacentes, enquanto políticas públicas que visam a proteção ambiental e territorial desses povos. Neste sentido o trabalho aqui apresentado reveste-se de significativa importância, sobretudo pelo modo participativo de elaboração.

<sup>&</sup>lt;sup>4</sup>Analista Ambiental - ICMBio - Gestor da Resex Marinha Baía do Iguape.



Oficina sobre Conflitos Socioambientais realizada na comunidade remanescente de quilombo Engenho da Cruz, 20/09/17

# Formação de grupos de jovens para o monitoramento ambiental dos Territórios Quilombolas do Vale do Iguape

#### Por Marcelo Araujo e Juliana Barros

A elaboração dos mapas apresentados foi desenvolvida de forma participativa por meio da formação de dois grupos de jovens para o Monitoramento Ambiental dos Territórios Quilombolas do Vale do Iguape. A proposta de trabalho foi apresentada ao Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, junto ao qual definiu-se uma estratégia para a seleção e formação do grupo de jovens: o perfil desejável considerava aqueles que fossem estudantes do ensino médio ou universitários podendo, ainda, serem jovens adultos, com habilidades no uso de tecnologias.

Entre 2017 e 2019 foram realizados dois cursos, o primeiro com 60h e o segundo com 40h, nos quais participaram 20 jovens do território que tiveram acesso aos conteúdos básicos em microinformática, cartografia, sistema global de posicionamento por satélite (GNSS) e sistemas de informações geográficas (SIG). A partir destes conteúdos, desenvolveram habilidades para coleta de dados e informações em campo por meio do uso de aparelhos GNSS, organização e edição de dados geográficos e, finalmente, elaboração de mapas digitais.

Para a formação do grupo de jovens no uso dos SIG, o projeto Terra de Direitos disponibilizou os equipamentos de informática e aparelhos de GNSS. As atividades foram realizadas na sede do Terreiro de Umbanda 21 Aldeias de Mar e Terra e do CECVI no Kaonge, na Escola General Alfredo Américo Silva na Acutinga e na Escola Estadual de 1º Grau São Francisco do Paraguaçu. Foram utilizados programas (softwares) de código aberto (open source), a exemplo do QGIS, para edição dos dados geográficos e elaboração dos mapas.

As informações contidas nos mapas foram levantadas em oficinas participativas junto comos moradores das comunidades, distribuídas geograficamente no Território Quilombola, organizadas pela Professora Juliana Neves Barros e Marcelo Araujo,

docentes do Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas (CECULT), da Universidade Federal do Recôncavo da Bahia (UFRB). As oficinas foram realizadas com apoio de Rosângela Viana, integrante do CECVI, Leonardo Di Blanda da COSPE e estudantes da UFRB, além dos jovens integrantes do grupo, os quais tiveram ativa participação.



Oficina sobre Conflitos Socioambientais realizada na comunidade remanescente de quilombo Kalolé, 19/09/17

A metodologia utilizada nas oficinas foi inspirada na abordagem da Cartografia Social, onde se busca dar ensejo à auto cartografia dos povos e comunidades tradicionais (ACSELRAD, 2010). Em um primeiro momento, por meio de um diálogo participativo, com algumas perguntas motivadoras, os participantes foram convidados a refletir sobre alguns conceitos importantes em torno do meio ambiente e dos conflitos ambientais, aportando suas próprias percepções sobre os mesmos e levantando os principais elementos que devem ser identificados num conflito. Em sequência, foram estimulados a mapear, por meio de ilustrações diversas (desenhos, esboços e reproduções de símbolos e objetos), as características de suas comunidades e como tais conflitos se materializam e se conectam aos seus processos territoriais, político-organizativos e identitários, ao final os mapas elaborados foram apresentados e discutidos com o grupo de participantes. Como resultado, tem-se tanto as ilustrações (mapas mentais/etnomapas) e os pontos de referência para georreferenciamento, como um conjunto de falas/narrativas a serem analisadas. No total foram realizadas 7 oficinas sobre conflitos ambientais, envolvendo aproximadamente 120 participantes das comunidades do Vale do Iguape, no município de Cachoeira.

Após a fase de sistematização dos resultados das oficinas, procedeu-se com visitas de campo junto com os jovens e lideranças para localizar os elementos e conflitos identificados durante os encontros, organização de dados geográficos da Bacia e Vale do Iguape disponíveis nos órgãos governamentais responsáveis pela cartografia nacional e estadual (IBGE, SEI), bem como os dados temáticos disponíveis nos órgãos setoriais e

Formação de Grupo de Jovens no Kaonge, 6/6/2017

grupos de pesquisa (ICMBio, SEMA, INEMA, INCRA, CDA, Projeto GeografAR, Projeto MarSol e outros). Finalmente, os mapas elaborados, foram apresentados para o Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape e os representantes das comunidades quilombolas do território do Iguape, para validação.

Em 2017 e 2018, três jovens do curso, Vinicios Pereira da comunidade quilombola do Kaonge, Tiago Assis da comunidade quilombola de Engenho da Ponte e Itamara dos Santos da comunidade quilombola de Engenho da Cruz, acompanhados pelo professor Marcelo Araújo da UFRB, participaram do I e II Simpósio de Pesquisas e Experiências em Agricultura Familiar e Desenvolvimento Rural, que integra a programação do Bahia Rural Contemporânea – Feira Baiana da Agricultura Familiar e Economia Solidária (FEBAFES) apresentando o trabalho "Formação de Grupos de Jovens para o monitoramento Ambiental dos Territórios Quilombolas do Vale do Iguape". Em 2017, os jovens ganharam o primeiro lugar, no Eixo II - Gestão e Práticas Inovadoras.

Importante observar que os mapas que constam nesta publicação não devem ser analisados do ponto de vista da delimitação territorial porque este não foi o objetivo do trabalho, algumas comunidades o cupam por meio de suas atividades agrícolas, extrativistas e culturais áreas mais extensas do que aquelas imediatamente mapeadas neste trabalho, que não buscou, nesta primeira etapa, mapear todos os usos. No entanto, como o acompanhamento dos jovens será contínuo, inclusive prevendo a formação de novas turmas, esperamos fazer o mapeamento das atividades econômicas e culturais nas próximas etapas do projeto.



Oficina sobre Conflitos Socioambientais realizada no Kalolé, 19/09/17



Construção participativa do Mapa na comunidade de Engenho da Vitoria, no dia 28.08.19

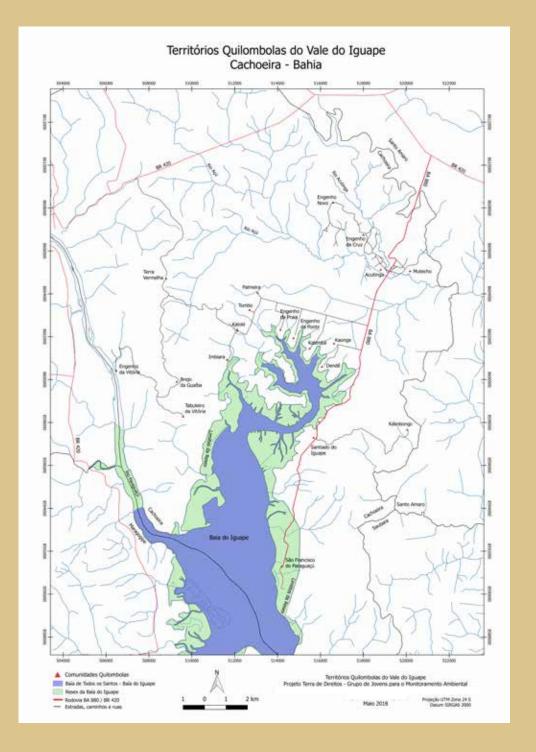
# O Vale e a Baía do Iguape

#### Por Marcelo Araujo

O Vale do Iguape envolve terras dos municípios de Cachoeira, São Félix e Maragogipe, no Recôncavo da Bahia, abrangendo a região estuarina do Rio Paraguaçu que forma a Baía do Iguape, por sua vez inserida na Baía de Todos os Santos. A Baía do Iguape constitui parte dessa região estuarina que abrange uma superfície de aproximadamente 10.000, hectares, incluindo extensas faixas de manguezais. Está localizada na foz do Rio Paraguaçu, sendo alimentada por dois grandes canais, o canal do Baixo Paraguaçu, responsável pela quase totalidade da água doce, e o Canal de São Roque, que permite o acesso da maré oceânica (GENZ, 2006; CRUZ et al, 2003).

Os estuários são ambientes de transição entre o continente e o oceano, formamse quando as águas doces provenientes de rios e córregos fluem até o oceano e se misturam com a água salgada do mar, criando um ambiente diversificado, rico em matéria orgânica e de elevada produtividade animal e vegetal. Em geral, no interior e no entorno dos estuários é possível encontrar uma grande diversidade de ambientes naturais (habitats), incluindo leitos de águas rasas e profundas, planícies alagadas com água doce e salgada, praias arenosas, alagados de areia e de matéria orgânica, florestas de manguezais, encostas, recifes de corais, dentre outros. Por sua vez, as águas trazidas





pelos rios, que correm desde o interior do continente, trazem sedimentos e nutrientes de grande importância para a manutenção da produtividade biológica.

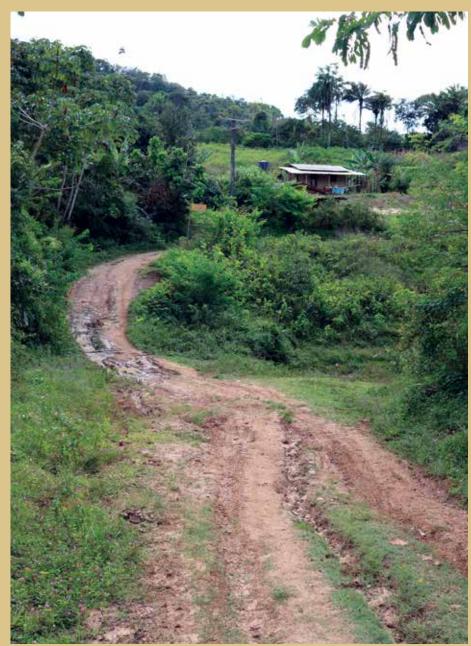
Os estuários constituem verdadeiros berçários para variadas espécies de peixes, crustáceos e aves, além disso providenciam benefícios como a recreação, o conhecimento científico, a educação e o valor estético, que contribuem para o desenvolvimento cultural, social e econômico das populações locais, permitindo a obtenção de alimentos para a sua subsistência, constituindo fonte de renda para a manutenção de suas famílias e, também, são fundamentais para a reprodução dos seus modos de vida.

A pesca desenvolvida pelas comunidades caracteriza-se como artesanal, utilizando-se de instrumentos como canoas, redes, baldes, também algumas armadilhas como manzuás e gamboas, construídos pelos próprios pescadores. A captura é diversificada e multiespécies, incluindo peixes variados de água doce e salobra, crustáceos como camarões, caranguejos e siris, também moluscos como sururu, ostra e sernambi. A atividade envolve as famílias, tanto homens, como mulheres e jovens.

Foi com o objetivo de proteger este rico ambiente natural e cultural que, em 2000, foi criada a Reserva Extrativista Marinha da Baía do Iguape (Resex), unidade de conservação federal que busca a proteção do modo de vida aliado com o uso sustentável dos recursos ambientais pela população tradicional beneficiada, cuja gestão é exercida de forma compartilhada com o ICMBio - Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.



Vista do Vale do Iguape



Estrada de acesso ao Quilombo Kaimbongo

# Vulnerabilidades socioambientais no território quilombola da Bacia e Vale do Iguape

#### Por Fátima Tavares e Carlos Caroso<sup>6</sup>

No território onde se situam as comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape as formas de reprodução social são profundamente marcadas pelo ambiente em que se exercem as atividades "na maré" e "na terra". De acordo com dados coletados pela Humana Brasil, pela Cospe e pelo ObservaBaía identifica-se uma diversificação significativa das atividades produtivas, embora com baixa produtividade e baixo valor agregado, com a maioria dos produtos sendo comercializada in natura, portanto, sem rotulagem indicando denominação de origem (produção quilombola, orgânico etc.).

Entre as atividades de cultivo e/ou extrativismo no território quilombola são encontradas a produção de pescados e mariscos e a feitura da farinha de mandioca em todas as comunidades, contudo, a produção de azeite de dendê, embora muito abrangente, não está presente na totalidade do território. O cultivo de tuberosas, legumes, frutas e hortaliças apresenta grande variação de quantidade e diversificação entre diferentes comunidades.

Destacam-se entre estes o quiabo, feijão, milho, mandioca, aipim, inhame, abóbora, batata, banana, laranja, amendoim, coco, cana, acerola e hortaliças. Entre os produtos do extrativismo são encontrados jenipapo, dendê, piaçava, cipós e licuri. São ainda encontradas significativas ocorrências nativas de goiaba e araçá-mirim. A produção agropecuária compreende a criação de bovinos, suínos, aves e ovinos.

Além do cultivo e do extrativismo característicos desse território, existem outras atividades em alguns quilombos. Nas comunidades do Kaonge, Dendê, Kalembá e Engenho da Ponte são desenvolvidos os seguintes "grupos de produção": cultivo de ostras (com 70 integrantes), apicultura (com 70 integrantes), artesanato (com 35 integrantes) e turismo de base comunitária (20 integrantes), azeite de dendê (258 famílias), culinária tradicional (6 pessoas), pesca (em formação, 36 famílias), viveiro de mudas (em formação, 15 pessoas), audiovisual (24 pessoas), abacaxi (4 pessoas) e promoção cultural (54 pessoas). Na comunidade do Tabuleiro da Vitória é encontrado um grupo de 22 mulheres que desenvolve atividades de bordados/artesanatos e o beneficiamento de frutas e raízes.

<sup>6</sup> Docentes da Universidade Federal da Bahia – UFBA e Coordenadores do Núcleo de Pesquisa ObservaBaía.

Este território negro é atravessado, ainda hoje, pela precariedade de políticas públicas adequadas a essas populações. A infraestrutura é deficiente, com exceção da disponibilidade de energia elétrica, que configura o investimento público mais abrangente, de acesso para a quase totalidade das famílias. Assim, diferentemente desse serviço público, os demais apresentam grande precariedade.

A água é um bem muito valioso, como demonstra a detalhada cartografia apresentada nos etnomapas da Imbiara, Kalolé e Tombo/Palmeira e do Kaonge, Dendê, Kalembá, Engenho da Ponte, Engenho da Praia . Nos etnomapas das três primeiras comunidades foi possível verificar que a forma de identificação e nomeação de "rios" (rios e riachos) e "fontes" (nascentes) parece relacionar-se com seu movimento pelo território em estreito imbricamento comas formas de habitar dessas comunidade.. Assimé que os cursos d'água apresentam diferentes nomes conforme atravessam os terrenos, mesmo considerando que em alguns casos a nascente é a mesma para várias daqueles mananciais de água.

A água é disponibilizada por meio de poços artesianos em muitas comunidades, mas em algumas a coleta é feita diretamente de riachos (como na Imbiara e no Kaimbongo), com condições de tratamento ruim ou inexistente, já que muitas famílias não fazem tratamento algum. Sobre o saneamento, verifica-se sua ausência na maioria das comunidades, com um número pequeno de casas que contam com fossa séptica (a maioria tem banheiro dentro de casa, mas sem fossa). É largamente utilizada a fossa negra, comprometendo a qualidade do solo e lençóis freáticos. Inadequação semelhante é observada no destino do lixo, sendo em sua grande maioria, queimado.

As condições da estrada e a falta de transporte também são reclamações muito frequentes entre os moradores, mas em algumas comunidades essa é uma questão aguda, como no Kaimbongo, especialmente. Na Imbiara de baixo as dificuldades decorrem da sua localização: como a comunidade está situada no final da estrada, as pessoas precisam se deslocar a pé até o Kalolé para pegar o transporte. No Kalolé de baixo e no Tombo/Palmeira podem verificar problemas semelhantes à Imbiara de baixo, com as pessoas se deslocando até a parte alta do território para acessar o transporte.

As condições ambientais que envolvem o mangue e os ambientes pesqueiros são objeto de muita preocupação em decorrência das transformações observadas nos últimos anos. A ação da Votorantim é tida como um dos fatores prejudiciais à qualidade das águas, com a construção da Barragem da Pedra do Cavalo e posterior operação da usina hidrelétrica, problema que se destaca nas falas dos moradores das comunidades da Imbiara, Kalolé e Tombo/Palmeira.

Como exemplo citamos a fala de um morador do Kalolé de baixo: "[...] de quando começou a matar marisco foi depois da Pedra do Cavalo pra cá. E ela [a barragem] vem atrapalhando até hoje [...] A água doce mata o marisco. Até mesmo produto que desce também de lá [da barragem] mata marisco". Em 2015 surgiu um sério problema de saúde entre pescadores e marisqueiras dessas comunidades: foram as reações alérgicas e coceiras nas regiões do corpo que ficam em contato com a água, e que causou muito sofrimento. As origens do problema ainda não estão bem esclarecidas.

De acordo com os dados levantados a partir da realização das oficinas cartográficas, observam-se conflitos ambientais também em áreas distantes da maré. Apenas quatro comunidades indicam não ter proximidade com plantações de eucalipto (Kaimbongo, Santiago do Iguape, Kalolé e Engenho da Vitória) e apenas seis não apontaram problemas de desmatamento (Kalembá, Engenho da Cruz, Kaimbongo, São Francisco do Paraguaçu, Dendê, Engenho da Vitória). Outros problemas ambientais foram mencionados nas comunidades: ações de empresas (Enseada Indústria Naval, Empresa Mastrotto Brasil); retirada de areia nos rios; rio seco no verão; envenenamento na pesca; pesca predatória; alergia na lama.

As condições socioambientais relacionam-se diretamente com a saúde, que também apresenta problemas indicados pelas comunidades. A capilarização da rede de atenção básica na modalidade da ESF (Estratégia Saúde da Família) se estende a apenas quatro comunidades com Unidade Básica de Saúde - UBS: Tabuleiro da Vitória, Engenho da Cruz, São Francisco do Paraguaçu e Santiago do Iguape (que também conta com uma Unidade de Pronto Atendimento - UPA). Há ainda um "posto satélite" em Terra Vermelha que atende parcialmente as comunidades da Imbiara e Kalolé.

Quase todas as comunidades indicaram dispor agente comunitário de saúde (a exceção foi Engenho da Vitória), mas em nenhuma dessas foi apontada a existência de atendimento específico para a população quilombola ou mesmo para a mulher quilombola (nesse último caso, apenas em Santiago do Iguape foi apontada a existência). Estes dados sugerem uma forte percepção de que a rede de saúde pública, embora situada no âmbito da Estratégia Saúde da Família, não responde à especificidade das demandas quilombolas.

Em termos mais amplos, as dificuldades enfrentadas no cotidiano da vida e das formas de reprodução das 17 comunidades da região têm um ponto nevrálgico que é a questão da terra: 13 comunidades apontaram tensão ou conflitos territoriais, sendo 10 com proprietários, 2 com governos (percepção de morosidade) e 1 com proprietário e grande empresa.

As comunidades têm no cultivo da terra sua principal fonte de sustento, mas esta é escassa. Entrevistados das comunidades da Imbiara, Kalolé e Tombo/Palmeira apontaram problemas que podem ser estendidos a outros quilombos da região, como por exemplo, a necessidade, por falta de terra para trabalhar, de "dar dia de trabalho" (em 2016, estava por volta de 35 reais a diária) na plantação de outros.

As áreas que foram tradicionalmente destinadas por posse aos quilombolas não são suficientes para a reprodução das famílias, e isso devido a dois fatores principais: a) existem queixas quanto à área de posse das famílias por ocasião da transferência de proprietário, onde a "medição" do terreno não costuma ser devidamente considerada (segundo os entrevistados, é sempre menor do que o acordado); e b) o crescimento das famílias, com o das novas gerações de moradores que necessitam da construção de casas em terrenos anteriormente utilizados para pequenas plantações e de novas áreas de plantação para o seu sustento.



Quintal da casa de Dona Vardé, Kaonge

## Kaonge

Número de famílias<sup>7</sup>:18

Certidão de comunidade remanescente de quilombo emitida pela Fundação Cultural Palmares em 10/12/2004

Etapa processual no INCRA: Portaria de Reconhecimento publicada no DOU em 24 de maio de 2018

Patrimônio Cultural: Terreiro de Umbanda 21 Aldeias de Mar e Terra, Festa da Ostra, Grupo de Samba Suspiro do Iguape

Infraestruturas: Escola de Cosme e Damião (Educação Infantil e Ensino Fundamental), Casa do artesanato, Casa de farinha, Restaurante, Pousada, Quiosque

Associações: Associação Cidadania Quilombola do Kaonge, Dendê, Kalembá,Engenho da Ponte e Engenho da Praia; Ponto de Cultura Expressão Cidadania Quilombola; Rota da Liberdade; Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape



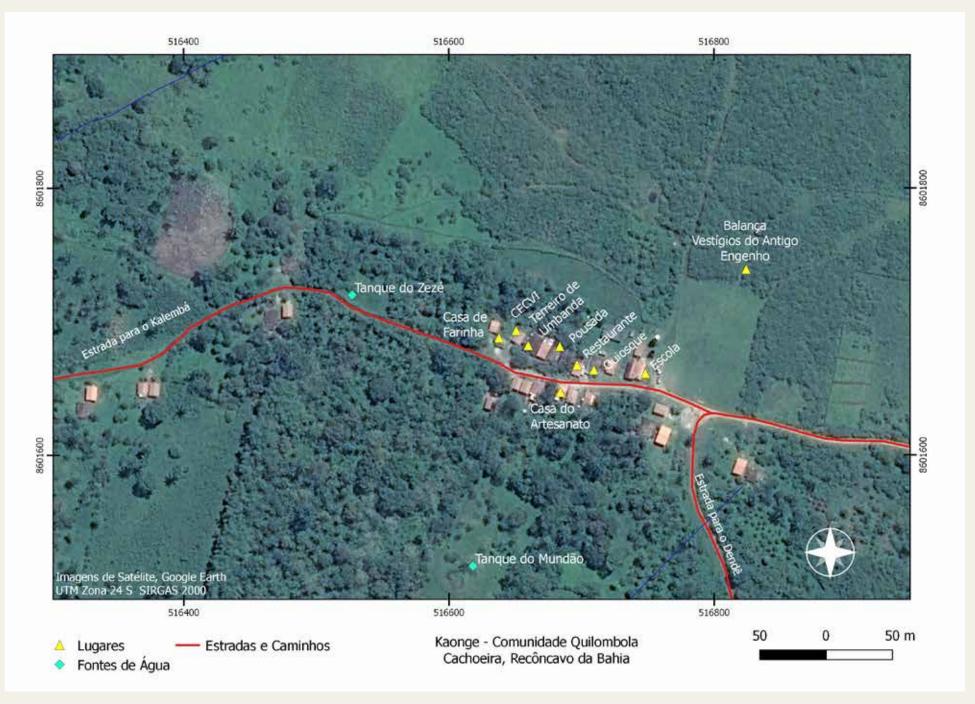
Festa da Ostra, 2016



Escola Cosme e Damião



Oferenda realizada durante a festa da Ostra de 2016



Seguindo a estrada de terra batida, que horas levanta a poeira pela escassez da chuva ou em períodos específicos do ano impede o acesso de quem tenta sair ou chegar devido ao lamaçal que se forma, em um dos trechos que faz divisa entre os municípios de Santo Amaro da Purificação e Cachoeira, está a primeira comunidade da região a receber a certificação de remanescente de quilombo expedida pela Fundação Cultural Palmares: O Kaonge.

É um dos Quilombos que compõem o Conselho Quilombola e o Núcleo de Turismo Étnico Rota da Liberdade e está localizado na zona rural de Cachoeira. Em extensão territorial é mais uma das pequenas comunidades da Bacia e Vale do Iguape que abriga 18 famílias, porém, é uma liderança local com grande potencial mobilizador em prol da melhoria das condições de vida e trabalho das comunidades quilombolas.

Um dos exemplos da luta do Quilombo, fortalecida pela ação coletiva do território, é a escola pública municipal São Cosme e Damião na própria comunidade. A construção da escola no território quilombola, no ano de 2000, é um marco histórico do potencial organizativo local e de conquista dos direitos constitucionalmente assegurados.

Das inúmeras atividades realizadas pelos membros desta comunidade estão a criação de ostras, dendê, produção da farinha e o artesanato todas ligadas aos núcleos de produção desenvolvidos no âmbito do Conselho Quilombola. Além dessas atividades outras ganham destaque e estão relacionadas ao turismo étnico Rota de Liberdade e, desde 2009, a Festa da Ostra, um misto de festival gastronômico, político e identitário em que circulam muitos participantes, quilombolas e de fora, especialmente de Salvador.

Geralmente durante um fim de semana do mês de outubro, a comunidade "se veste de festa", é hora de reunir as comunidades do entorno em uma manifestação política e cultural que visa avaliar quais as demandas locais e como buscar as estratégias para resolução dos conflitos. Além disso, o momento é de apresentar o que é produzido pelos núcleos e comercializar os produtos.

Aos poucos um corredor de barracas se forma e agrega uma feira de artesanatos, oficinas sobre a cultura local como a de turbantes ou preparo das comidas típicas. Tudo isso com o aroma da culinária quilombola e as múltiplas formas de preparo da estrela principal, as ostras. O ambiente que no dia a dia está voltado para as práticas de resistência acolhe, com shows e muito samba de roda, quem tem disposição de vivenciar, com muito respeito, um pouco do que a ancestralidade nos deixou.



Dona Vardé, praticante terapeuta, preparando um chá

## Dendê

Número de famílias: 21

Certidão de comunidade remanescente de quilombo emitida pela Fundação Cultural Palmares em 10/12/2004

Etapa processual no INCRA: Portaria de Reconhecimento Publicada no DOU em 24 de maio de 2018

Patrimônio Cultural: Capela de Santo Antônic

Infraestruturas: Casa dos Ostreicultores Mãe Tuninha

Associação: Associação Cidadania Quilombola do Kaonge, Dendê Kalemba, Engenho da Ponte e Engenho da Praia



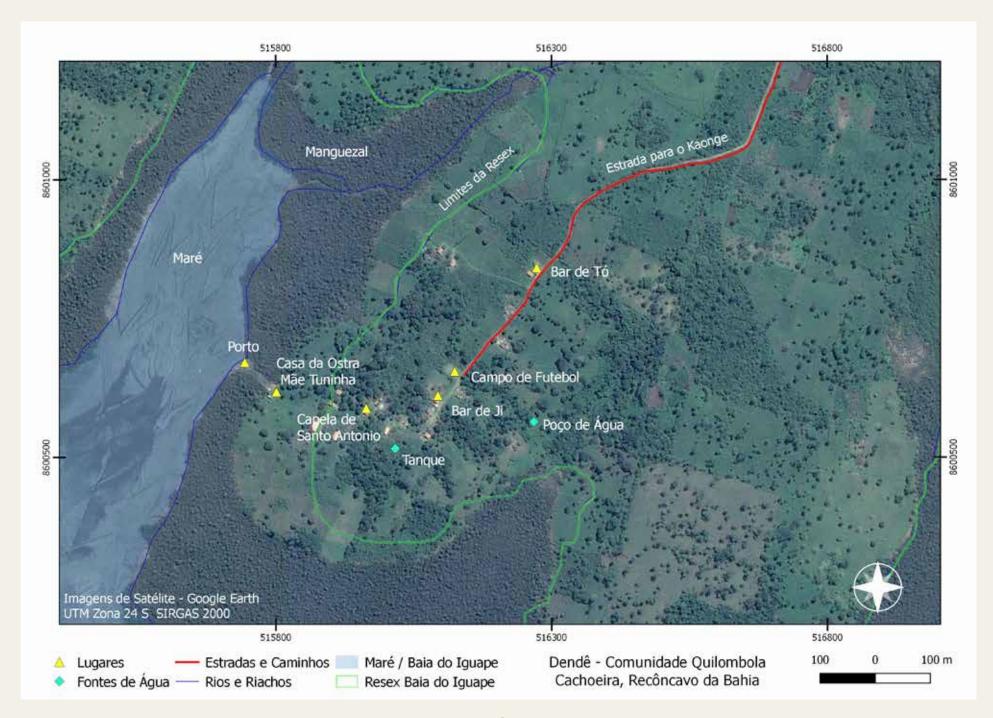
Porto do Dendê

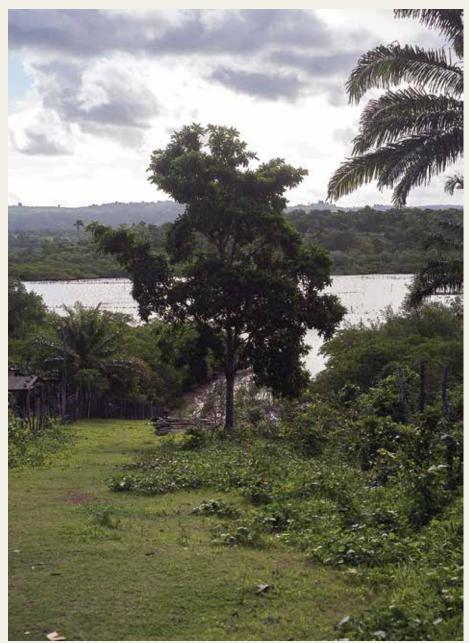


Porto do Dendê



Criação de Ostras





Comunidade do Dendê



Banner da "Casa dos Ostreicultores Mãe Tuninha"

O caminho da BA-880, que também dá acesso ao Kaonge, nos leva a outra pequena comunidade que abriga 21 famílias, o Dendê. Ao contrário do que o nome nos sugere, é na área da maré desta comunidade, em meio à lama e vegetação típica dos manguezais, que está situado o ponto central da economia local: um extenso criatório de ostras.

Não é difícil encontrar moradores orgulhosos da sua comunidade e do seu trabalho sobre as técnicas de produção do cultivo das ostras e sobre o controle de qualidade necessário para a comercialização do produto que contribui, diretamente, para a economia das comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape as quais se tem a pretensão de envolver todas as famílias da região.

O processo do cultivo das ostras passa por muitas etapas e muitas mãos. O criatório fica na comunidade do Dendê e as águas que crescem são as do rio Paraguaçu. Quando estão prontas para o consumo, a criatividade se torna o ingrediente principal.

Os preparos vão do gosto de cada um e as ostras podem ser consumidas cruas, fritas ou em forma de ensopado ou moqueca. Para acompanhar a iguaria, vatapá, farofa ou outros pratos à base do azeite de dendê, produzidos de forma artesanal, nas comunidades vizinhas.

### Kalembá

Número de famílias: 31

Certidão de comunidade remanescente de quilombo emitida pela Fundação Cultural Palmares em 10/12/2004

Etapa processual no INCRA: Portaria de Reconhecimento publicada no DOU em 24 de maio de 2018

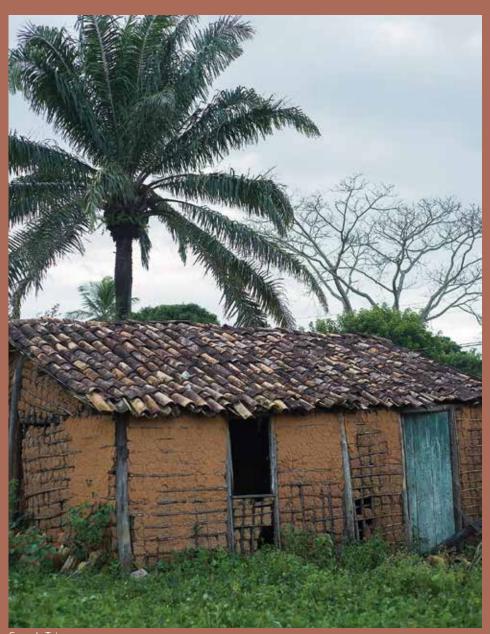
Patrimônio Cultural: Ruínas de Engenho

Infraestruturas: Rodão (Unidade de Beneficiamento do Dendê), Casa de Farinha

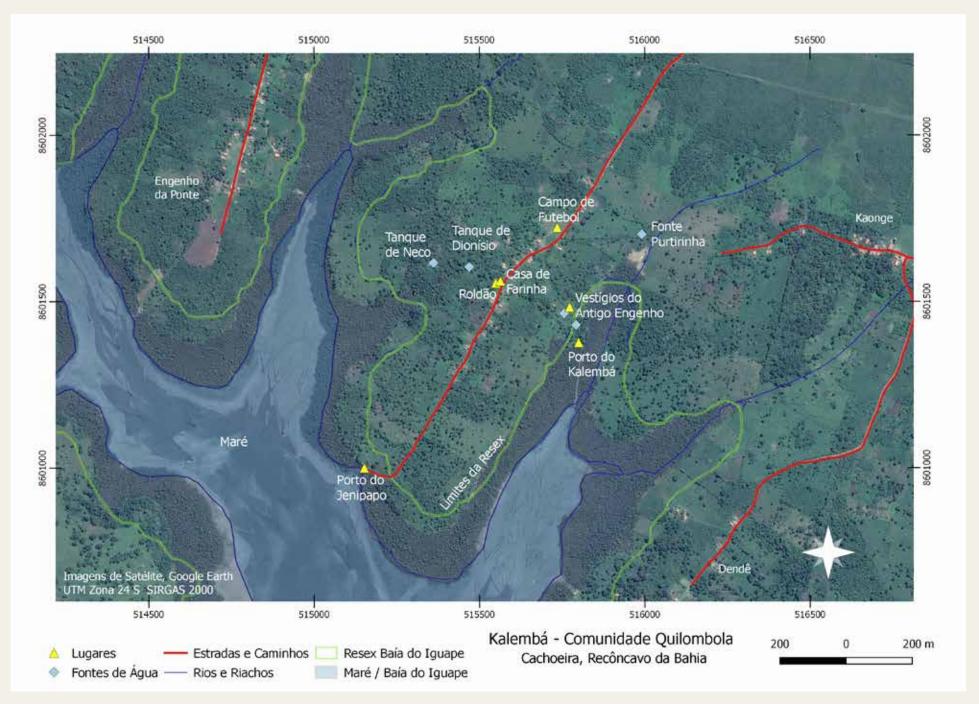
Associação: Associação Cidadania Quilombola do Kaonge, Dendê, Kalembá, Engenho da Ponte e Engenho da Praia



Colheita de Dendê



Casa de Taip



Na rota das comunidades remanescentes de quilombo está o Kalembá. É a primeira das 17 comunidades da Bacia e Vale do Iguape a qual temos acesso por estrada de terra a partir da BA-880 e que compõe o Núcleo de Turismo Étnico Rota da Liberdade. Reúne em em sua comunidade 31 famílias e muitas histórias.

Dona Ana e Dona Judite, cujas famílias foram umas das primeiras a habitar essa comunidade, são rezadeiras, apesar de Dona Ana não gostar muito do titulo, pois, compreende ser de grande responsabilidade. Ambas entendem de ervas e banhos de folhas e acreditam que assim curam.



Casa de Farinha e Rodão



Colheita do Dendê

## Engenho da Ponte

Número de famílias: 30

Certidão de comunidade remanescente de quilombo emitida pela Fundação Cultural Palmares em 10/12/2004

Etapa processual no INCRA: Portaria de Reconhecimento publicada no DOU em 24 de maio de 2018

Patrimônio cultural: Festa de Santa Barbara, Festa de São Roque, Esmola Cantada, Capela de Nossa Senhora da Conceição e São Roque, Pé de Velho, Ruínas do antigo Porto

Infraestruturas: Escola Coração de Jesus (Educação Infantil e Ensino Fundamental), Rodão (Unidade Beneficiamento do Dendê)

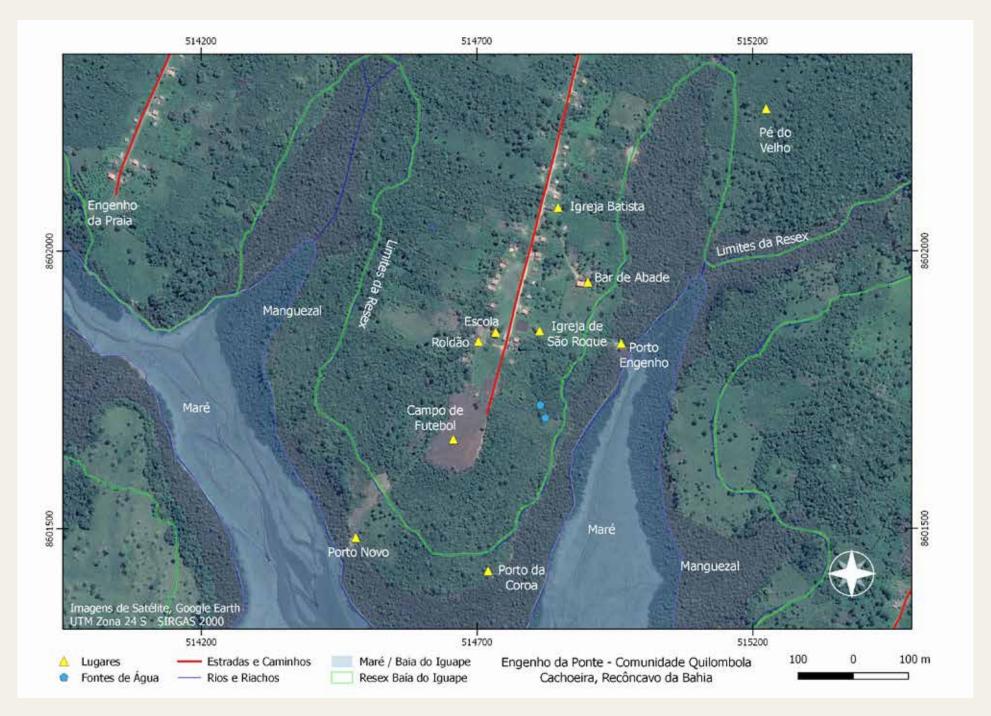
Associação: Associação Cidadania Quilombola do Kaonge, Dendê, Kalembá, Engenho da Ponte e Engenho da Praia











Até o século XIX a comunidade do Engenho da Ponte era uma localidade que se destacava por seu grande potencial econômico, provavelmente devido as plantações de cana de açúcar. Uma das riquezas conservadas pela comunidade, e que compõe o roteiro turístico local, é a Capela de Nossa Senhora da Conceição, chamada também de São Roque.

Chega-se ao Engenho da Ponte por estrada de terra a partir da BA-880, estrada essa que tem como principal ligação o município de Cachoeira aos distritos de Santiago do Iguape e São Francisco do Paraguaçu. Por ser uma comunidade mais distante, quando se faz necessário o acesso sem carro, a caminhada é pelas trilhas nas matas.

O território das comunidades quilombolas é repleto de belezas naturais e, nos caminhos que nos leva ao Engenho da Ponte, facilmente encontram-se diversas plantas e ervas medicinais, além de pés de dendê, bananeiras, coqueiros, entre muitas outras espécies.

Nessa comunidade existe um pé de gameleira e um poço de água que os moradores afirmam ser curativa, local conhecido pelo nome de "Pé do Velho", onde os negros



Festejos de São Roque, 9/2/19



Altar da Igreja

escravizados se reuniam para fazer suas rezas, oferendas e outras obrigações ritualísticas.

Na comunidade de cerca de 30 famílias é realizada a Festa de São Roque. O ciclo festivo compreende um ritual que começa com a novena preparatória e a "esmola cantada", peditório que acontece nos domingos do mês de janeiro (cada domingo com um trajeto diferente), com cortejo de louvor ao Santo, rezas e samba de roda nas casas dos devotos.

A festa de São Roque é tradicional para a comunidade que revive em suas memorias a época em que as doenças relacionadas aos surtos de varíola, sarampo e catapora atingiam, em especial, as crianças. O fortalecimento da festa se deu a partir da articulação junto ao Conselho Quilombola, em 2009, e faz parte da agenda política e cultural da localidade.

# Engenho da Praia

Número de famílias: 16

Certidão de comunidade remanescente de quilombo emitida pela Fundação Cultural Palmares em 10/12/2004

Etapa processual no INCRA: Portaria de Reconhecimento publicada no DOU em 24 de maio de 2018

Patrimônio cultural: Ruínas do antigo Engenho e Porto

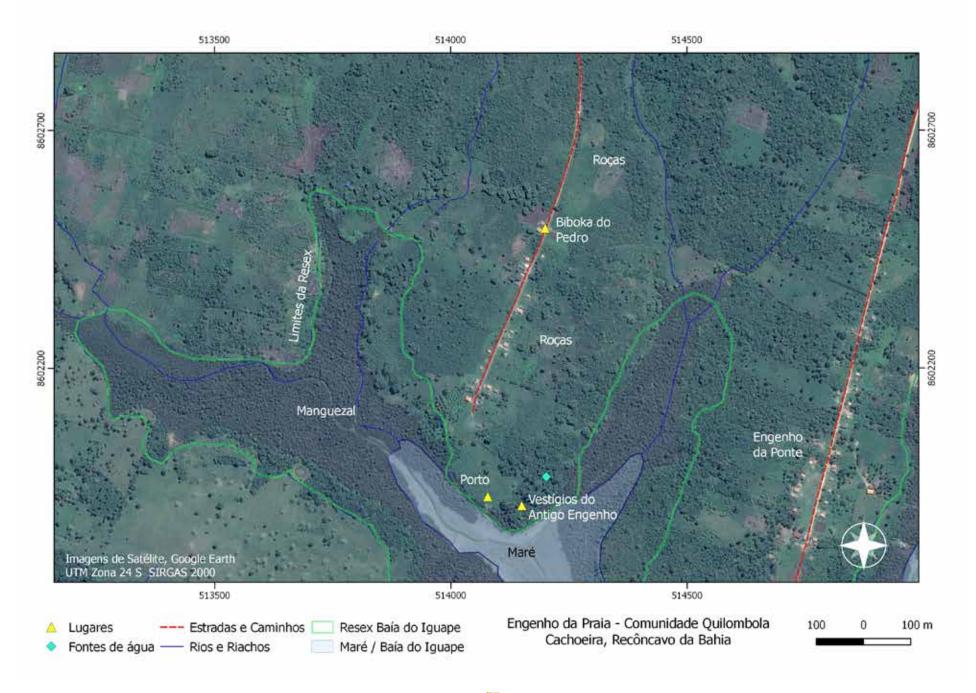
Associação: Associação Cidadania Quilombola do Kaonge, Dendê, Kalembá, Engenho da Ponte e Engenho da Praia



Vista da Comunidade



Preparação do Azeite de Dendê



Localizada no Berço da resistência, a comunidade do Engenho da Praia é, também, uma das comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape, município de Cachoeira, sendo reconhecida pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra).

O acesso ao Engenho da Praia é feito pela mesma estrada de terra das comunidades do Kalembá e Engenho da Ponte, sendo esta a comunidade seguinte. Neste pequeno quilombo com 16 famílias as tradições são mantidas através dos rezadores locais, a exemplo de Dona Filinha (*In Memoriam*) e Seu Lúcio.

O uso das plantas medicinais, mesmo que em menor proporção, é um costume passado de geração para geração. A crença no poder curativo das folhas é bem comum da comunidade que tem como referência os moradores mais antigos.



Processamento do Dendê



Antigo Pilão para pisar o Dendê

#### Tombo/Palmeira

Número de famílias: 16

Certidão de comunidade remanescente de quilombo emitida pela Fundação Cultural Palmares em 10/12/2004

Etapa processual no INCRA: elaboração do Relatório Técnico de Delimitação e Identificação – RTDI

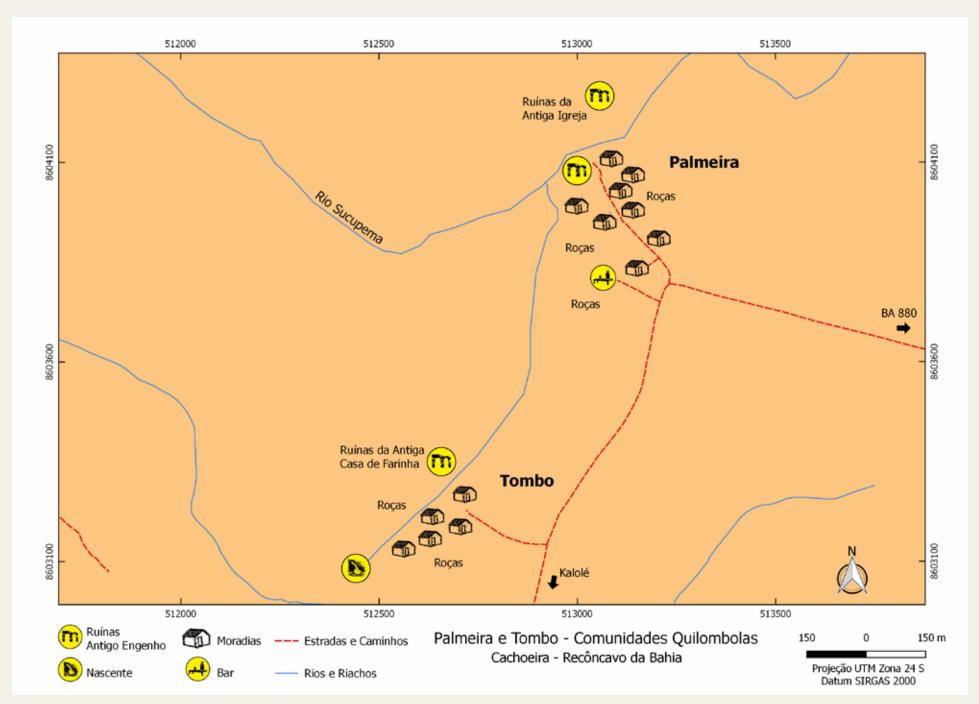
Associação: Associação dos Trabalhadores Rurais do Calolé e Imbiara



Casa de taipa em reforma



Vista da comunidade do Tombo



O acesso ao Tombo/Palmeira se faz pela mesma estrada de terra a partir da BA-880. Essa comunidade localiza-se próximo a estrada, numa bifurcação onde se avista uma rua com varias casas e, em seguida, numa área baixa em relação ao nível da estrada, e sem acesso "formal", devendo-se abrir a passagem pela cerca de arame farpado que circunda uma boa parte do terreno frontal a estrada.Descendo por um caminho improvisado onde só conseguem transitar pessoas, animais e motocicletas, e atravessando um pequeno córrego, chega-se à pequena localidade de cinco casas. Na área próxima à estrada, temos uma casa, e um pouco adiante, temos nove casas distribuídas em outra pequena "rua".

Nas comunidades do Tombo/Palmeira as dificuldades de acesso à água, saneamento e terras são as mesmas das demais, pois os moradores se restringem às pequenas áreas do entorno de suas moradias, o que os leva a "utilizar" áreas dos fazendeiros. Dessa forma, as ameaças do proprietário para desmanchar a plantação dos moradores também se estenderam aos da comunidade do Tombo/Palmeira, tendo sido concretizada em diversas ocasiões.



Maria Francelina da Silva, conhecida por Dona Filinha (In Memoriam)



Palmeiras

#### Kalolé

Número de famílias: 150

Certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares em 10/12/2004

Etapa processual no INCRA: elaboração do Relatório Técnico de Delimitação e Identificação – RTDI

Patrimônio cultural: Ruínas do antigo Sobrado

Infraestruturas: Escola Nossa Senhora da Conceição (Educação Infantil e Ensino Fundamental), Casa de Farinha

Associação: Associação dos Trabalhadores Rurais do Calolé e Imbiara



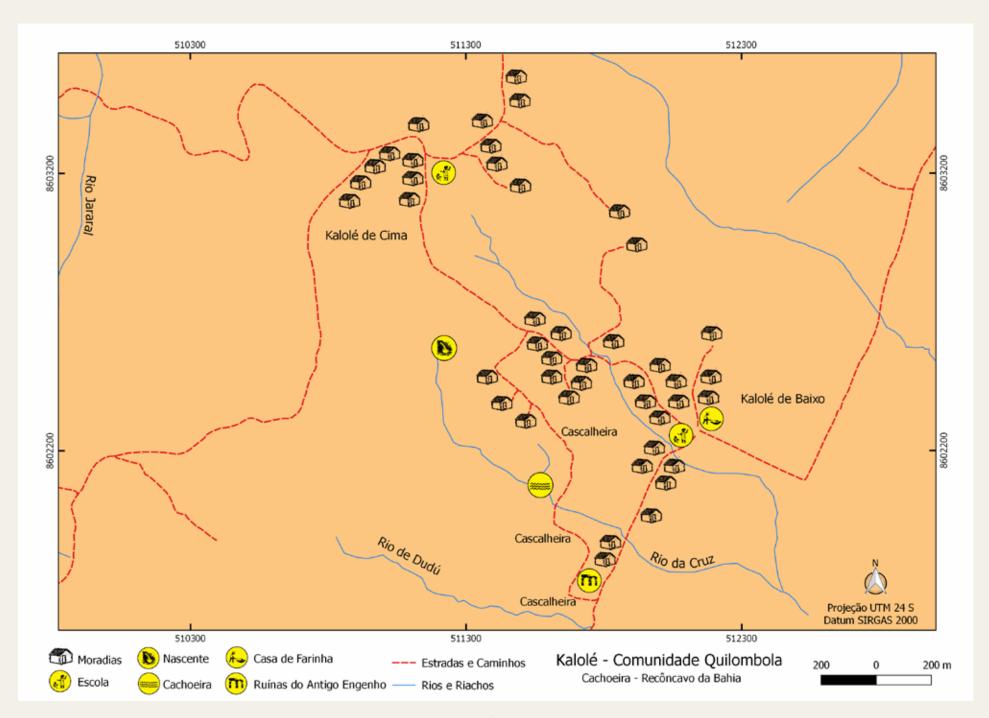
Estrada do Kalol



Rio do Dudú



Processamento da Mandioca



Assim como na Imbiara de Cima, também no Kalolé encontramos duas possibilidades de acesso: pela estrada de terra a partir da BA-880, para se chegar ao Kalolé de baixo (estrada de acesso também à Imbiara de baixo) ou pela estrada que se inicia na saída da sede de Cachoeira, chegando-se, assim, ao Kalolé de cima e daí à parte baixa do território. O Kalolé e o Tombo/Palmeira localizam-se em territórios um pouco mais recuados do manguezal.

No Kalolé de baixo temos cerca de 30 casas. Para quem chega no lugar, temos a "rua da Paz" e, atravessando a rua, passa-se pelo "rio de Neusa" e ao final temos o "rio e a fonte de Ambrósio", que vem da parte alta do território (Kalolé de cima) e atravessa a comunidade na área coletiva onde se plantam e criam alguns animais. Seguindo na estrada para Imbiara vemos uma área cercada, chamada de "pasto" (fazenda privada), indicando o limite do Kalolé com a Imbiara.

Na direção contrária (em direção ao Tombo/Palmeira), após esse "pasto", temos a "Fazenda Grande" (outra localidade) e o mangue. No Kalolé temos várias referências a rios e fontes: "fonte do pena grande", também conhecida por "fonte da gameleira"; "fonte da ponte"; "fonte de Duda"; "fonte de Joaquim"; "nascente de João". Também foram identificados alguns rios, além do já citado "rio de Neusa": "rio da cruz"; "rio do sobrado"; "rio do cafuné"; "rio de Duda"; "rio de Natália"; "rio do pau sapo" (em que se pega água para beber).



Casa de Farinha do Kalolé

A comunidade do Kalolé de cima distribui-se em algumas pequenas "ruas", num total de cerca de 100 casas (muitas de taipa). Tem como principal referência a estrada que, vindo de Cachoeira, liga o campo de futebol e se estende até o final da ladeira do trecho de calçamento. Neste ponto começa o acesso ao Kalolé de baixo. Também temos várias localizações de pequenos riachos e fontes: a "fonte de Edmar", "fontinha", "rio da bica", "fonte de Emiliano", "rio da Carminha", "bica de Cafuné".

Comparada à Imbiara e ao Tombo/Palmeira, que não dispõem de nenhum sistema de abastecimento de água, no Kalolé (de baixo e de cima) existe uma rede local de distribuição nas casas, abastecimento que é feito de pontos de captação de poço artesiano no Alto do Kalolé (Kalolé de cima). No entanto, esse serviço é precário, com pouco oferta. Essa água é utilizada para beber e cozinhar. Para usos menos nobres, como lavar roupa, louça e tomar banho, é utilizada a água da fonte (de riachos, água sem tratamento). A manutenção da rede de água é feita pela comunidade.

Na comunidade do Kalolé, os moradores indicam antigos proprietários que detinham uma grande extensão de terras e que transformaram a fazenda implantando a fabrica de óleo de dendê Opalma. No inicio dos anos de 1980, promoveu-se uma mudança nos negócios, destruindo as plantações de dendê para substituí-las por cana de açúcar, motivado pelo Programa Nacional do Álcool (Proálcool) e, posteriormente, vendendo partes da fazenda.

No Kalolé não existe a prática do arrendamento de áreas como na Imbiara de Baixo e de Cima. Diferentemente do que ocorre no Tombo/Palmeira, no Kalolé existe alguma segurança jurídica sobre as áreas de posse que foram regulamentadas com "documento" de posse (termo utilizado pelos entrevistados). De fato, essa maior "segurança" dos moradores do Kalolé deu-se por ocasião dos desmembramentos da Fazenda Opalma, bem como em decorrência da luta dos moradores por "compensação" pela perda na delimitação das posses.

No entanto, essa "segurança" não minimiza os graves problemas atuais de falta de áreas para plantação. A insuficiência de terras para o sustento das famílias também foi o que impulsionou a mais recente "retomada" (como os quilombolas designam as antigas áreas que são reivindicadas), uma área de aproximadamente 150 tarefas que vem sendo cultivada por quilombolas do Kalolé e pelo Tombo/Palmeira.

No Kalolé, assim como em outras comunidades, o uso das ervas medicinais é bem disseminado, tendo Dona Cecê (Kalolé de baixo ) como referência. Quando o assunto são as rezas, todos se referem à Dona Preta, do Kalolé de cima, como a única rezadora da localidade atualmente.

#### lmbiara

Número de famílias: 125

Certidão de comunidade remanescente de quilombo emitida pela Fundação Cultural Palmares em em 10/12/2004

Etapa processual no INCRA: elaboração do Relatório Técnico de Delimitação e Identificação – RTDI

Patrimônio cultural: Capela de Santo Antônio, Ruínas do antigo Cais e da Casa Grande, com sua escadaria de acesso, da Capela e Cemitério

Infraestruturas: Escola Nossa Senhora da Conceição (Fechada), Escola Creche Maria Quitéria

Associação: Associação dos Trabalhadores Rurais do Calolé e Imbiara



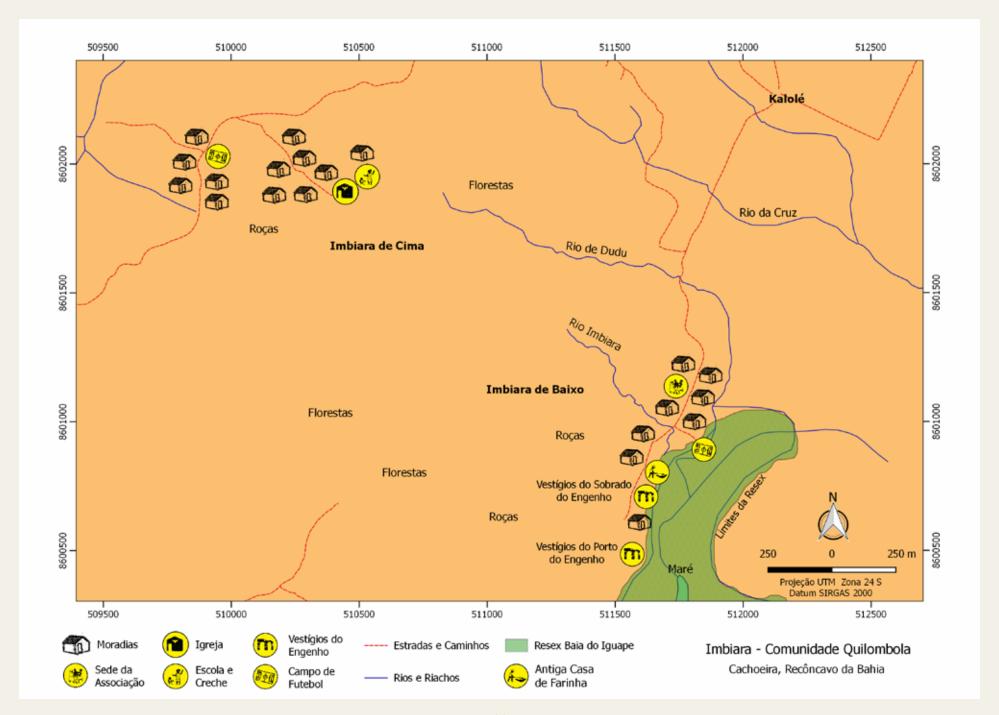
Porto da Imbiara



Estrada da Imbiara



Capela de Santo Antônio



A Imbiara está situada às margens da porção oeste do extenso manguezal da baía do Iguape e é dividida em Imbiara de baixo e Imbiara de cima, em decorrência da característica escarpada do território. Pode-se chegar à comunidade por terra e por via aquática, através de pequenas embarcações (canoas e barcos à motor) que navegam pelos canais estreitos do manguezal e que desembarcam no porto local.

Esse acesso, no entanto, é possível apenas para uma parte do território da comunidade, conhecida como Imbiara de baixo. A outra porção do território dessa comunidade é acessível, por exemplo, ao subir uma ladeira bem íngreme situada no Kalolé que leva ao Alto do Kalolé e daí à Imbiara de cima ou por outras estradas de terra conectadas à sede do município e que passam por Terra Vermelha e, em seguida, à Imbiara.

Na Imbiara de baixo, temos cerca de 30 casas que se estendem de ambos os lados da estrada até a porteira da Fazenda que dánome à comunidade; na Imbiara de cima, também encontramos cerca de 30 casas distribuídas pela estrada que ziguezagueia a parte alta do território, sendo a maioria de taipa em ambas as localidades. Existem três córregos: "rio da bica", "rio da Imbiara", de maior porte que o primeiro, recebeu recentemente uma ponte possibilitando o acesso efetivo à esta comunidade (esse rio apresentava variação da maré, que impossibilitava anteriormente a sua travessia em certos períodos do dia).

Por fim, o terceiro, "rio da Guaíba", faz a outra divisa do território. Foi identificado também outra fonte de água que os moradores denominam como caminho para uma cachoeira, conhecida como "presa", onde se pode pegar água e também passar momentos de lazer (banhando-se nas águas). Não existe água encanada ou de poço e nem saneamento, sendo que as pessoas costumam tomar banho e lavar roupa no rio da Imbiara, que atravessa a comunidade.

Na Imbiara de cima existem algumas nascentes ou fontes, como os moradores as chamam. A nascente mais importante é a que forma o "rio de Genésio", localizada nas terras do fazendeiro. Nesse rio vários moradores dizem pegar água para beber e outros usos domésticos.

Outra fonte citada foi a "fonte de Conceição", que fica nas terras da Fazenda Imbiara e que as pessoas também utilizam como água potável. Foi identificado ainda o "rio de Detinha" que fica na divisa do território com outras localidades. Também na Imbiara de cima a ausência da água é um dos principais problemas da comunidade, que luta pela perfuração de poço artesiano, mas por enquanto tem que buscar água nas fontes e rios localizados nas terras de fazendeiros (contando apenas com a boa vontade destes).

A atual Fazenda Imbiara (com cerca de 900 tarefas, segundo os moradores), que recobre a Imbiara de baixo e de cima, tem origem no antigo Engenho da Imbiara. A Fazenda foi



Ruínas do antigo Engenho

cedendo lugar à chegada de novos proprietários sendo que, atualmente, as áreas de posse onde os moradores cultivam são muito pequenas, restringindo-se aos entornos das casas ou quintais que ficam ao fundo.

Na tentativa de contornar essas limitações, atualmente observam-se novas formas de ocupação das terras pelos quilombolas na Imbiara, que são o arrendamento de terras da fazenda, que foram realizados por contrato anual, iniciado em 2015. No contrato fica estabelecido que só é possível fazer roçados de curta duração, como o quiabo e a mandioca, principais cultivos do lugar: não é permitida a plantação de banana, pois segundo eles, o ciclo é longo, o que configuraria uma outra relação com a terra.

Os arrendamentos são feitos em áreas de mato e de roça; áreas de pasto não são arrendadas para os quilombolas. De modo geral, os moradores vivem entre as atividades na roça, na mariscagem ou "dão um dia de trabalho", isto é, são diaristas nas roças de outros moradores, pois na Fazenda Imbiara não há trabalho para os quilombolas.

## Engenho da Vitória

Número de famílias: 200

Certidão de comunidade remanescente de quilombo emitida pela Fundação Cultural Palmares em 10/12/2004

Etapa processual no INCRA: em espera da abertura do processo

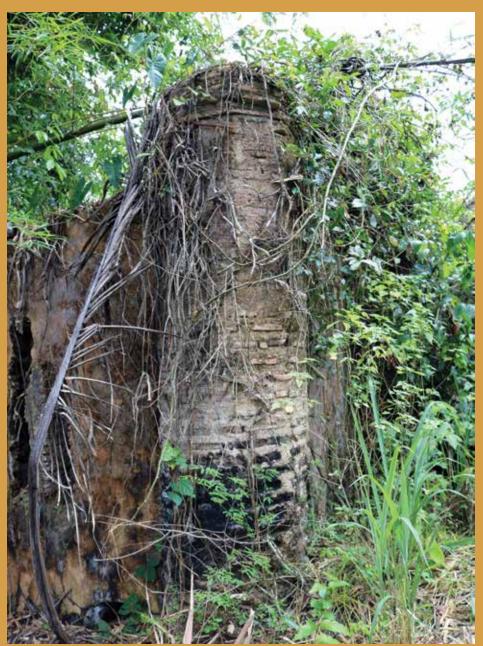
Patrimônio cultural: Ruínas da Casa Grande, Capela, Pilares da Fábrica e das antigas represas, Caruru de São Cosme e Damião

Infraestruturas: Casa de Farinha

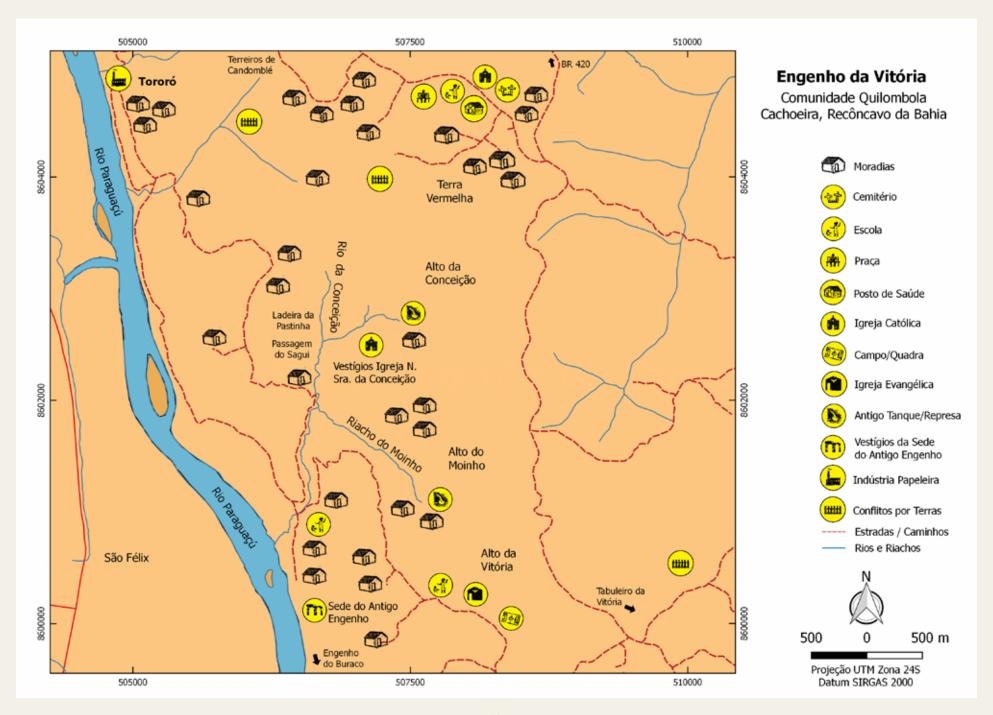
Associação: Associação Quilombola do Engenho da Vitória



Ruína do Antigo Engenho



Ruína da Igreia de Nossa Senhora da Conceicã





Bambuzal

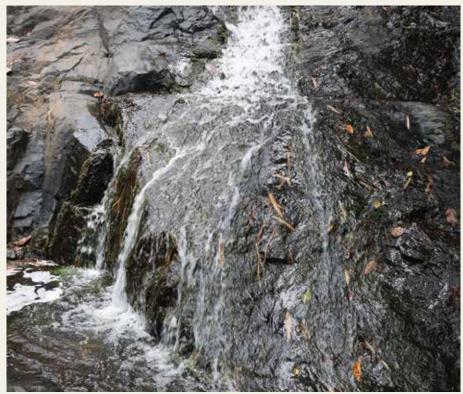
A Comunidade Quilombola Engenho da Vitória recebeu da Fundação Cultural Palmares, no ano de 2004, o certificado como remanescente de quilombo. Dentre as comunidades apresentadas neste mapeamento, o Engenho da Vitória é a única situada na divisa entre o território do Iguape e a sede do município de Cachoeira. É composta por diferentes núcleos que se formaram no interior do antigo Engenho da Vitória, uma enorme propriedade açucareira fundada no início do século XIX. Em função de sua grande extensão territorial, alguns deles estão localizados mais próximos da maré, podendo ser acessados inclusive através do rio Paraguaçu, e outros estão mais distantes, incluindo a região de maior altitude do território.

O censo de 1825 no Iguape indica que haviam no Engenho da Vitória "04 escravos pardos, 133 crioulos, 38 mulheres pardas, 10 crioulas e 32 africanas". (REIS, 1992, 114). Já o censo de 1835, acusa "99 africanos, 24 crioulos, 64 africanas, 8 crioulas, além de 45 crianças menores de 10 anos, de ambos os sexos, nascidos na Bahia, principalmente de mães nascidas na África" (REIS, 1992, 115).

O Engenho da Vitória foi um dos mais produtivos engenhos do Recôncavo baiano, funcionando até a metade do século XX. Até esta época, parte dos trabalhadores moravam próximos à maré - na senzala, termo que mesmo após a abolição continuou nomeando casas simples nos mesmos locais onde outrora viveram os escravizados - e outra parte dispersa pela fazenda.

Segundo informações dos quilombolas do Alto da Vitória e do Alto do Moinho, alguns anos após o encerramento das atividades do Engenho da Vitória, as terras da fazenda foram repartidas em sítios entre os moradores, mas completaram que ninguém possui documento válido.

A Comunidade Quilombola Engenho da Vitória foi certificada, em 2004. O Alto da Vitória e o Alto do Moinho estão em terras que pertenceram ao Engenho da Vitória e que foram loteadas entre antigos moradores.



Rio da Conceição

### Kaimbongo

Número de famílias: 20

Certidão de comunidade remanescente de quilombo emitida pela Fundação Cultural Palmares em 10/12/2004

Etapa processual no INCRA: processo aberto em 2013, aguardando início do RTID

Patrimônio Cultural: Festa de São Roque, Santa Cruz

Infraestruturas: Casa de Farinha

Associação: Associação Quilombola do Caimbongo



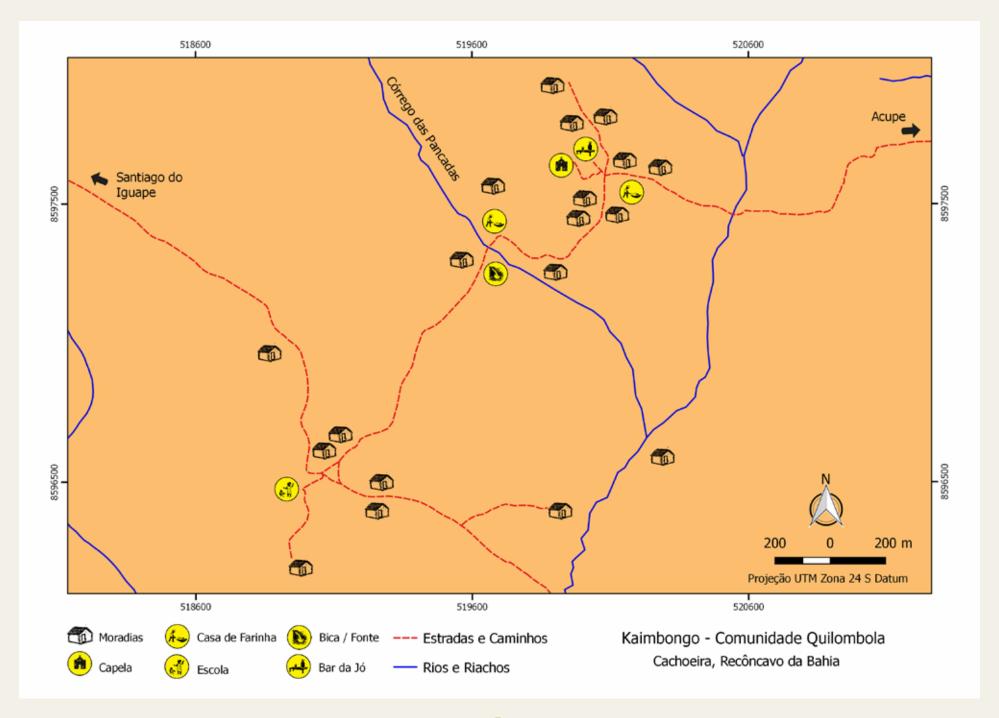
Santa Cruz



Casa de Farinha



Ri





Estrada de acesso ao Kaimbongo

A comunidade do Kaimbongo, com 20 famílias, foi constituída a partir dos arredores da antiga Fazenda Caimbongo Velho, território que foi recentemente subdividido a partir da instalação de um assentamento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra - MST, que resultou na desapropriação parcial da fazenda.

Comessa peculiaridade, a parte que corresponde ao assentamento tornou-se conhecida como Kaimbongo Novo e a porção relativa ao território quilombola passou a ser também identificada como Kaimbongo Velho. O acesso a comunidade é muito difícil, a ladeira que liga Kaimbongo a Santiago do Iguape é íngreme, sem asfalto e muito acidentada. É possível acessar à comunidade através de três vias, duas dessas percorrem caminhos dentro da mata, ligando a comunidade de Acupe ao Município de Saubara.

Em 2006, com o calçamento da via de acesso Kaimbongo-Santiago do Iguape foi possível a circulação de veículos leves facilitando o trânsito até a localidade, mas, ainda assim, dentre as comunidades pesquisadas, o Kaimbongo é a que apresenta maiores

dificuldades de acesso. Em época de chuva, a situação piora não permitindo que os carros cheguem a comunidade, bem como, dificultando o escoamento de uma possível produção.

Uma promessa para São Roque mantém as tradições dos festejos católicos da localidade. E a comunidade também mantém a tradição de produzir seu próprio remédio para picada de cobra, popularmente conhecido como "remédio para combater bicha do chão". Muitas pessoas são referências da localidade, destaque para os praticantes terapêuticos Srº Renato e Dona Joselita, sua mãe, que carregam em suas memórias receitas deste e de muitos outros remédios caseiros.

Outras personalidades, como dona Mocinha e Seu Mateus, são referências quando o assunto está relacionado a feitura da farinha. Além de produzirem o produto na casa de farinha do casal, também comercialização, se alimentam, vendem ou trocam por outras mercadorias em Santiago, Acupe ou Saubara.

### Engenho Novo

Número de famílias: 115

Certidão de comunidade remanescente de quilombo emitida pela Fundação Cultural Palmares em 12/07/2005

Etapa processual no INCRA: RTDI em elaboração

Patrimônio cultural: Ruínas da Casa Grande, Capela, Pilares da Fabrica e das antigas Represas, Caruru de São Cosme e Damião

Infraestruturas: Escola Creche Antônio de Cristo, Casa de Farinha

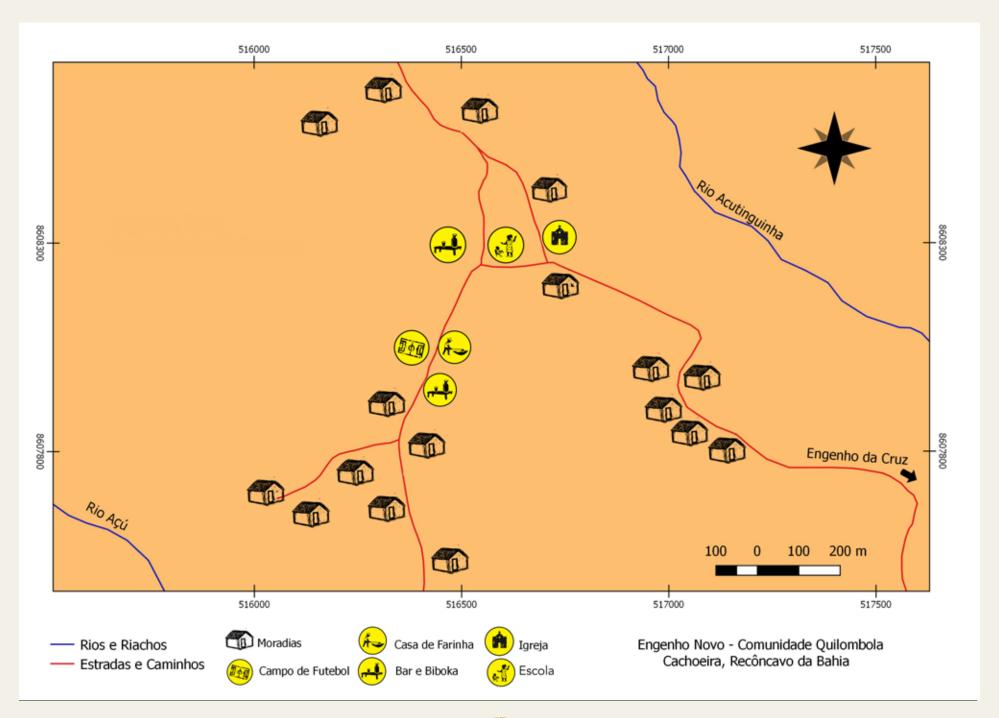
Associação: Associação Quilombola Engenho Novo



Festa de Reis de Janaína



Ruínas da Chaminé do antigo Engenho novo



A partir da BA-880, logo após os caminhos que nos levam ao Engenho da Cruz, temos acesso ao Engenho Novo. Além deste caminho, existe uma via de acesso direta para se chegar a comunidade de 115 famílias. O roteiro é por meio de uma estrada de chão da BR 420, entrando na chamada Estrada do Camelo.

Engenho Novo e o Engenho da Cruz trazem consigo um grande peso histórico no que diz respeito a formação dos seus territórios. É possível identificar as ruinas das torres dos antigos engenhos que operavam durante o período da escravidão. Um diferencial notório existente nas torres encontradas no Engenho Novo é o seu formato quadrado, próprio dos períodos mais antigos, o que as diferencia das demais torres dos engenhos da região

Banhada pelos rios Acutinguinha, Timbó e Secupema e erguida às margens do Rio Açu, a Comunidade Quilombola do Engenho Novo fica entre o planalto e a planície da Baia do Iguape devido a formação de grande parte do seu território estar situado na encosta formada pela Falha de Maragogipe. Também é rica em encontros de braços de rios e nascentes, que são consideradas e reconhecidas como espaços sagrados.

O clima e o solo da região onde está situada a comunidade do Engenho Novo, propiciam uma produção variada (plantação de cana-de-açúcar, bambu, cultivo de coco, Caju, Cajá, Jaca, Manga, entre outros) e totalmente adequada aos tipos de solos existentes. Dos resquícios de Mata Tropical Atlântica existente na comunidade, é possível extrair um cipó que é a matéria prima para produção das cestarias vendidas como artesanato.

Além do plantio, a exemplo da produção da mandioca para feitura da farinha na casa comunitária, coleta, criação de animais e produção de artesanatos, a atividade pesqueira e a mariscagem também estão presentes na região, apesar das ameaças existentes quanto ao uso de agrotóxicos nas lavouras vizinhas e o acesso direto dos animais ao rio e a aquisição da terra por novos compradores que não praticam as tradições locais.

Das expressões culturais existentes em Engenho Novo destaca-se a Festa de Reis de Janaína que ocorre no mês de janeiro. Trata-se de uma prática religiosa marcada pela junção de ritos ligados à religiosidade afro-brasileira e católica. É composta por caminhada até a pedra de Janaína, seguida de samba e antecedida pelas rezas ocorridas no interior da comunidade.

A comunidade se vale do mutirão quando da organização e realização de práticas tradicionais como a construção de casas, compartilhamento de roças, modos de



Casa de Farinha

produção familiar, organização das festividades, organização política, redes de parentesco e demais situações onde o senso de coletividade se faz presente em Engenho Novo. Além disto, Engenho da Cruz, assim com Engenho Novo e demais comunidades próximas, compõem o Conselho Quilombola da Bacia do Iguape e participam do sistema econômico específico cuja moeda, denominada sururu, concede certa autonomia na compra e venda de produtos locais.

Dos conflitos vivenciados pelas famílias quilombolas, podem ser citados: a má condição das estradas de acesso, demanda por educação voltada ao ensino médio e fundamental, acesso ao território, acesso à saúde de modo mais efetivo. O território quilombola encontra-se em processo de regularização fundiária sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/ BA desde 2012. O reconhecimento formal iniciou em 2006 por meio da emissão da Certidão de Auto-Definição, pela Fundação Cultural Palmares – PCF/MinC.

## Engenho da Cruz

Número de famílias: 131

Certidão de comunidade remanescente de quilombo emitida pela Fundação Cultural Palmares em 07/02/2007

Etapa processual no INCRA: RTDI em elaboração

Patrimônio Cultural: Festa de Nossa Senhora do Bom Parto, Ruínas do Sobrado, Ruínas do Engenho, Milagre de Santa Barbara, Igreja Nossa Senhora do Parto na Bela Vista

Infraestruturas: Unidade Básica de Saúde Marciana Andrade do Carmo, Escola Almerindo Pereira (fechada), Casa de Farinha

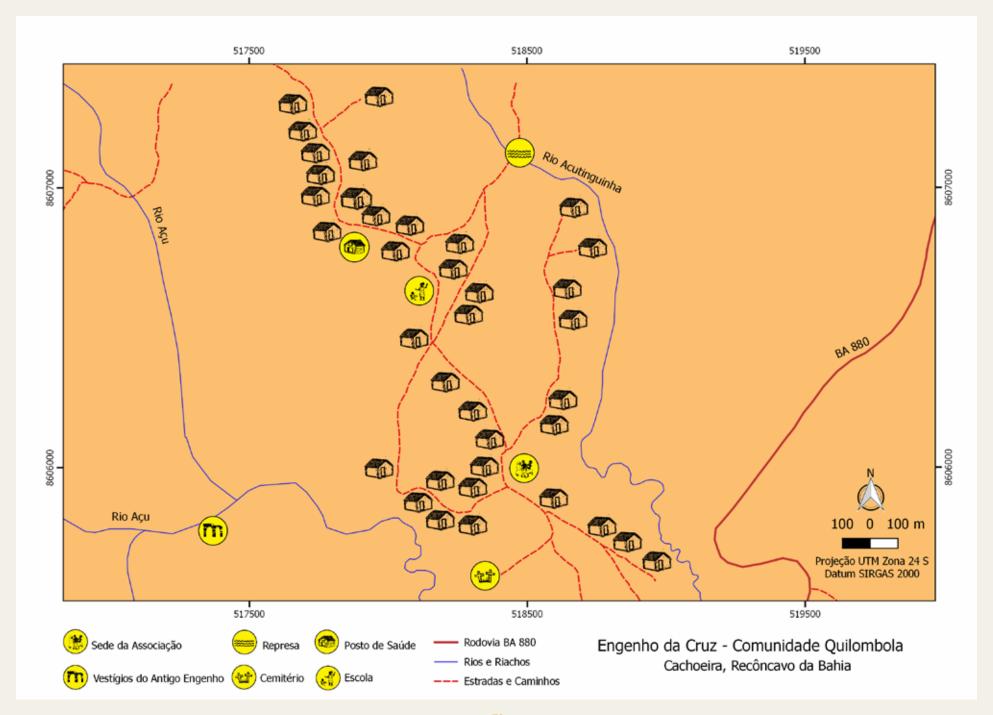
Associação: Associação Quilombola Engenho da Cruz



Milagre de Santa Barbara



Chaminé do antigo Engenho da Cruz



Chega-se ao Engenho da Cruz, pela estrada de terra a partir da BA-880, na localidade onde atualmente se encontram as ruínas da fábrica de dendê Opalma, passando pela comunidade da Acutinga.

O nascimento da comunidade do Engenho da Cruz, bem como sua expansão, tem origem no antigo engenho com mesma denominação, bem como a sucessiva abertura da Opalma, que determinaram um aumento no fluxo da mão-de-obra escrava.

O território da comunidade é extenso e rico, caraterizado pela presença de muitas áreas de nascentes, rios e afluentes, áreas verdes, que precisam ser preservadas, pois são utilizadas como áreas de coleta. Em alguns casos, essas áreas são utilizadas para o sustento das famílias quilombolas não somente pelos moradores da comunidade de Engenho da Cruz, mas também por outras comunidades, principalmente de Engenho Novo, comunidade próxima.

Os rios se integram à vida da comunidade, representando espaços de socialização entre os moradores, esse é o caso do Acutinguinha, que divide a comunidade e o Rio Acu, onde estão as ruínas do antigo Engenho da Cruz, entre elas o alto chaminé, caraterizado por uma base hexagonal.

Até o ano de 2012, os moradores acessavam a represa do antigo Engenho da Cruz. Com a chegada de um novo proprietário, que proibiu o acesso, os moradores construíram outra represa, que utilizam como espaço de lazer.

A coleta do caju, para fazer castanha, e de outras frutas como jenipapo e cajá, coletados para produzir licor, geralmente vendido em Cachoeira na época de São João, representam uma das fontes de renda da comunidade. Tal atividade, todavia, vem sendo ameaçada pela expansão da plantação de eucaliptos e pelo uso de agrotóxicos.

A preservação do ambiente tem uma relação profunda com as crenças e práticas religiosas. Os lugares de culto, como as pedras, geralmente próximos de nascentes, são zelados pelas famílias das comunidades, que neles cultuam entidades. A Festa do Milagre de Santa Bárbara e o caruru marcam o período de rituais ligados ao catolicismo popular e afro-brasileiro no decorrer do mês de dezembro.

Desde 2017 a comunidade ainda luta pela reabertura da Escola Municipal Almerinda Pereira, que funcionava desde 1981 e foi fechada no final do ano passado. Através de reivindicações do território e atuação do Conselho Quilombola, a Defensoria Pública da União (DPU) na Bahia encaminhou recomendação a Prefeitura Municipal de Cachoeira, exigindo a imediata reabertura.



Represa

Enquanto isso, os alunos foram relocados para outras escolas o que aumentou a dificuldade de frequentar o ambiente escolar devido a inúmeros fatores como condição das estradas, transporte e distância.

O território quilombola encontra-se em processo de regularização fundiária sob responsabilidade do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária - INCRA/BA desde 2012. O reconhecimento formal iniciou em 2005 por meio da emissão da Certidão de Auto-Definição, pela Fundação Cultural Palmares – PCF/MinC.

## São Francisco do Paraguaçú

Número de famílias: entre 1.000 e 1.1008

Certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares em 12/07/2005 Etapa processual no INCRA: Portaria de Reconhecimento Publicada no DOU em 13.05.2016

Patrimônio Cultural: Convento de Santo Antônio do Paraguaçu, Igreja Peninha, Terreiro Jitundê, Terreiro de Pureza, Terreiro de Adelaide (Casa de Sessão Espiritual), Terreiro de Sinhazinha, Capela Nossa Senhora da Glória, Festa do Beiju com mel, Mês Mariano, Trezenas de Santo Antônio

Infraestruturas: Casa de farinha, Escola Estadual de 1º Grau São Francisco do Paraguaçu, Escola Maria da Hora Sanches de Santana, Posto de Saúde da Família de São Francisco, Escola e Creche Tia Angélica

Associações: Associação dos Remanescentes do Quilombo de São Francisco do Paraguaçu Boqueirão; APP – Associação de Pescadores e Pecadoras, Associação dos Amigos do Engenho – Aamen, Associação dos Moradores de São Francisco do Paraguaçu



Vista do Atracadouro

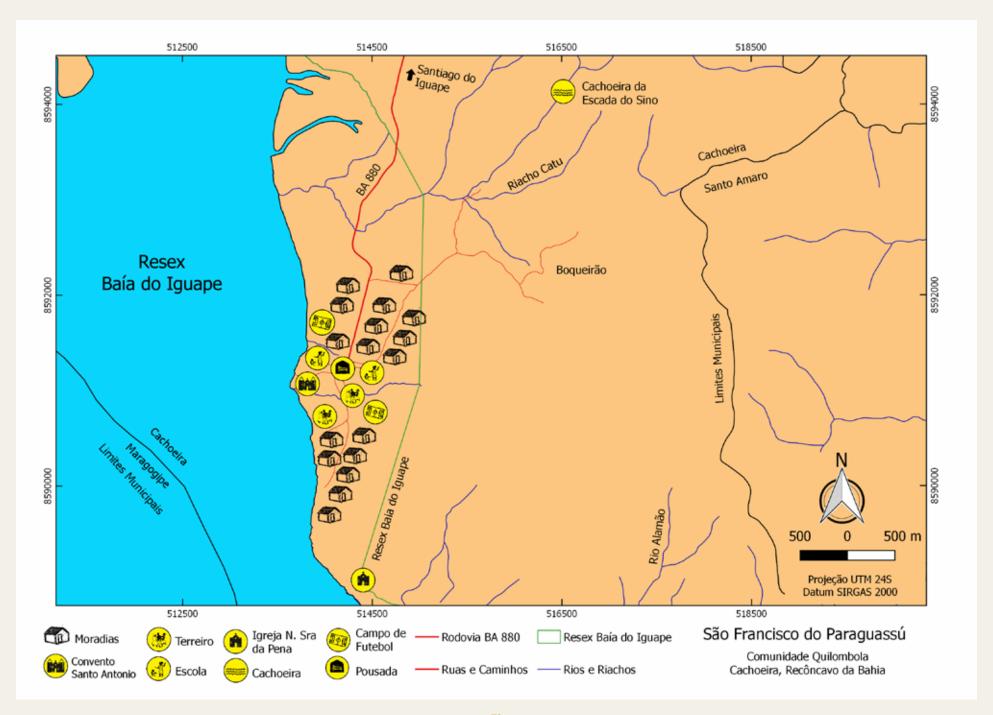


Convento de Santo Antônio do Paraguaçu



Sede da Associação Quilombola

<sup>&</sup>lt;sup>8</sup>Número de famílias atualizado em 2019



Com aproximadamente 1000 a 1100 famílias, em sua maioria distribuída nas dez ruas da região urbana, o quilombo São Francisco do Paraguaçu esbanja belezas naturais, tanto pela terra, quanto pelo "braço de mar" que desagua no Rio Paraguaçu. A origem do nome da comunidade se deve ao Tupi Guarani Paraguaçu, que quer dizer mar grande.

Entre as inúmeras qualidades atribuídas as águas do Rio está o registro referente a riqueza biológica responsável pela sustentabilidade da biodiversidade local. Um dos "cartões postais" da localidade é conhecido por muitos baianos e turistas. Nas paredes do histórico Convento de Santo Antônio do Paraguaçu, o registro da construção datada de 1686, período este que um simples cruzamento de dados nos permite concluir que a construção foi idealizada pelos frades franciscanos a partir da doação das terras.

São Francisco do Paraguaçu, assim como as demais comunidades quilombolas do Recôncavo e do Iguape, formou-se no bojo da produção de açúcar, ou no chamado ciclo da cana-de-açúcar. Inicialmente este grupo social formou uma comunidade autônoma no chamado Boqueirão, local onde o grupo experimentou a liberdade ainda no período em que a escravidão era a ordem vigente.

Os conflitos ocasionados pelo fim do período da escravidão e a disputa de terras pelos fazendeiros da região duraram longas datas. Em 2005, ano em que a comunidade conquistou a certificação quilombola, emitida pela Fundação Cultural Palmares, um novo marco quanto ao conflito pelo uso das terras voltou de forma mais explicita. Consta, ainda, que os conflitos existentes dizem respeito, especialmente, à questão da identidade quilombola.

A organização da produção em São Francisco do Paraguaçu é marcada, fundamentalmente, pela articulação de atividades econômicas na terra e na água, destacando-se a pesca artesanal, a agricultura de subsistência, a mariscagem e o extrativismo vegetal. Em São Francisco do Paraguaçu, a atividade agrícola tem características de produção orgânica e complementa em renda e em produtos aquilo que foi obtido com a pesca artesanal ficando a produção para utilização das famílias e o excedente para comercialização na Vila. Os produtos mais cultivados são o feijão, o milho e mandioca. A mandioca é o produto mais comercializado dentre aqueles cultivados pelos agricultores. A venda do produto acontece depois da sua transformação em farinha e, atualmente, só existem duas casas em funcionamento. Registra-se que por ser a atividade ligada à terra, território este que é palco das maiores disputas, a agricultura é a atividade mais atingida pelos conflitos existentes na localidade.

A pesca artesanal é praticada no Rio Paraguaçu e, além dela, os moradores dispõem da grande área de Mata Atlântica que compõe o território quilombola da comunidade



Convento de Santo Antônio de Paraguaçu

para a extração dos recursos naturais da floresta, como por exemplo, o extrativismo sustentável da piaçava, da estopa e de frutas em geral.

No Laudo Antropológico da comunidade consta que a situação de conflitos estabelecidos em São Francisco do Paraguaçu faz com que o acesso aos espaços produtivos do território, ou habitats, seja limitado pelos fazendeiros da área. Em 2002, o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis - IBAMA reconhece dentro do território da comunidade Reserva Particular do Patrimônio Natural (RPPN) da Peninha, com uma área de 350,00 há, reduzindo assim a área ocupada pela comunidade. Em 2009, para viabilizar a construção do Estaleiro Enseada de Paraguaçu, em frente a São Roque do Paraguaçu, no município de Maragogipe, área contemplada dentro da RESEX Marinha Baia do Iguape, o Ministério do Meio Ambiente, sem consulta pública, reduz o limite sul da Resex e, para compensar, agrega à RESEX o Convento de São Francisco do Paraguaçu, tombado em 1941, pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional. Todavia, junto com o convento, a RESEX passou a abranger parte da comunidade, acerca de 2.000ha, área que já tinha sido reconhecida oficialmente pelo INCRA, quando o RTDI foi publicado em 2007. Até os dias atuais, a sobreposição do território da comunidade e da RESEX não permite finalizar o processo de regularização do território quilombola.

#### Santiago do Iguape

Número de famílias: 500

Certidão emitida pela Fundação Cultural Palmares em 12/05/2006

Etapa processual no INCRA: RTDI em elaboração

Patrimônio cultural: Festa de São Cosme e Damião, Presente de Yemanjá, Festa de Sao Pedro (29 de junho), Festa do Padroeiro São Tiago (25 de julho), Igreja Matriz de Santiago do Iguape, Terreiro Obitikô Obá Inã de Gene, Terreiro Zélia Ilê Axé Ajunsum de D. Zélia, Terreiro Sítio Santa Clara de Caçula, Terreiro da Rose

Infraestruturas: Banco Solidário Quilombola do Iguape, CRAS, Colégio Estadual Eraldo Tinoco, Escola Pedro Paulo Rangel, Oficio de Registro Civil das Pessoas Naturais e Tabelionato de Notas, Posto de Saúde da Família de Santiago do Iguape, Pousadas, Restaurantes

Associações: Associação Quilombola de Santiago do Iguape, Colônia de Pescadores Z52 de Santiago Do Iguape, Associação de Moradores de Santiago do Iguape-AMSI, Associação Cultural e Artística de Santiago Do Iguape - ACASI, Associação de Mulheres Marisqueiras e Quilombolas de Santiago do Iguape



Atracadouro



Banco Solidário Quilombola do Iguape



Igreja Matriz de Santiago do Iguape



Santiago do Iguape é uma comunidade que foi fundada por padres jesuítas em 1561, na então Capitania de Mem de Sá. Antigamente, a localidade era conhecida por Vila Santa Maria, no entanto, passou a se chamar de Santiago após ser presenteada por um padre da Espanha com a imagem de São Tiago, o "sobrenome" Iguape, que significa água em abundância, é herança dos povos indígenas. Na época do auge da produção açucareira do Recôncavo, Santiago era considerada a freguesia mais rica e produtiva, tendo seus primeiros engenhos já a partir do final do século XVI.

Santiago do Iguape traz muitas peculiaridades quando comparado com as demais comunidades quilombolas aqui já apresentadas. A sua infraestrutura chama a atenção por ser uma das poucas comunidades do território com ruas pavimentadas e que conta com Posto de Saúde, Posto Policial, além de unidade sócio assistencial como o CRAS-Quilombola e a implantação de Programas como o de Erradicação ao Trabalho Infantil - PETI.

Do ponto de vista demográfico, Santiago registra um número de 500 famílias, sendo assim a segunda comunidade com maior número de habitantes entre as que compõem o território do Iguape. A Escola Municipal de Santiago do Iguape e a Escola Municipal Pedro Paulo Rangel atendem á demanda de ensino fundamental de Santiago, enquanto o Colégio Estadual Eraldo Tinoco atende à demanda escolar de ensino médio, não só de Santiago mas das demais comunidades do Território, que só teriam como alternativa a cidade de Cachoeira.

Do ponto de vista cultural, Santiago do Iguape tem forte referência religiosa. Está caraterizado pela Igreja Matriz, localizada na sede do distrito com vista para o Rio Paraguaçu e foi a primeira das igrejas matriz a ser construída no interior da Bahia. Tem como padroeiro São Tiago, cuja festa é comemorada no dia 25 de julho enquanto no final do mês de junho, a comunidade organiza a Festa São Pedro, que atrai muitos visitantes. Conta, ainda, com nove Igrejas Evangélicas, um Centro Espírita, uma Igreja Messiânica e uma Casa de Candomblé.

Essa diversidade religiosa também se reflete nos aspectos culturais. A comunidade conta com diferentes grupos de samba de roda, dança afro, e demais atividades artísticas. Outra particularidade é o serviço de rádio comunitária em Santiago do Iguape, o que proporciona maior fluxo de comunicação entre os moradores da região.

A pesca, juntamente com o criatório de ostras e até mesmo a produção do azeite de dendê, representa as principais atividades econômicas da comunidade. Um dado curioso é que, de acordo com relatos de moradores, consta que até meados do século XX, mercadorias produzidas na região eram transportadas para a feira de São Joaquim



Banner do Banco Solidário Quilombola do Iguape

na capital baiana e as feiras das cidades circunvizinhas. Em 2005 é fundada a Associação de Pescadores Z52 e construída sua sede..

Atualmente, Santiago conta com o Banco Solidário Quilombola do Iguape criado em 20 de novembro de 2013, voltados para a geração de trabalho e renda na perspectiva de fortalecimento das economias locais, tendo por base os princípios da Economia Solidária. Sua moeda social, o Sururu, é geralmente usada internamente e em outros eventos, como a Festa da Ostra, no quilombo próximo do Kaonge.

# Brejo da Guaíba

Número de famílias: 250

Certidão de comunidade remanescente de quilombo emitida pela Fundação Cultural Palmares em 13/12/2006

Etapa processual no INCRA: processo aberto em 2012, aguardando início do RTID

Patrimônio cultural: Igreja de São José, Caruru de São Cosme e Damião, Reza de São Roque, Trezena de Santo Antônio

Infraestruturas: Escola Nossa Senhora da Conceição (Educação Infantil, Ensino Fundamental), Casa de Farinha

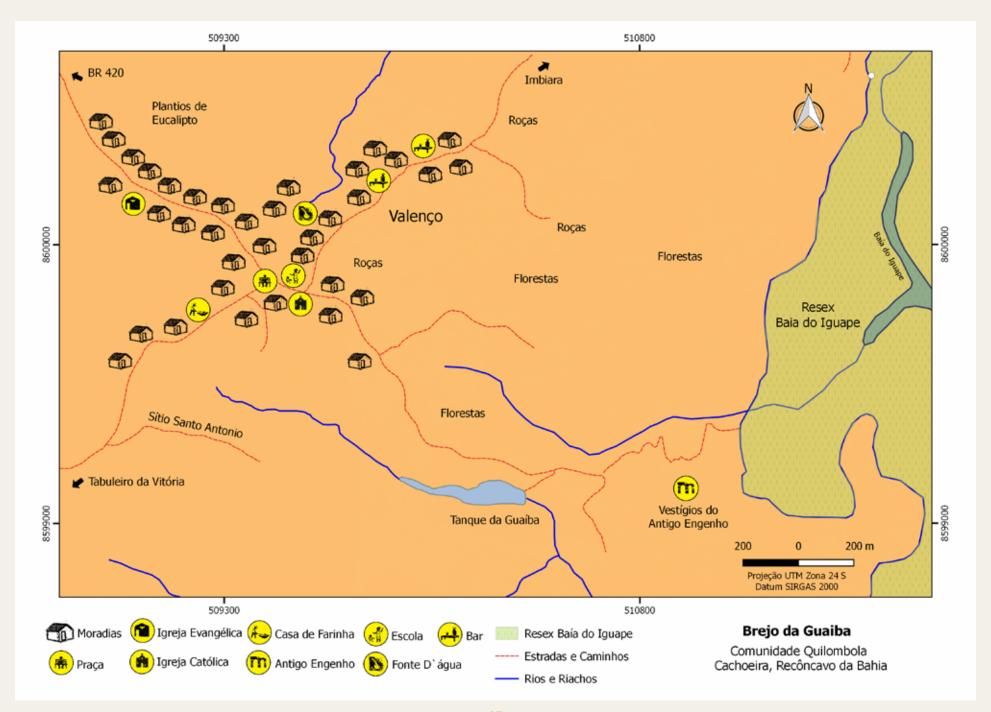
Associação: Associação dos Trabalhadores Rurais e Marisqueiros do Alto da Guaíba



Tanque



Bic



A Comunidade Quilombola Brejo da Guaíba foi certificada pela Fundação Cultural Palmares no ano de 2006 e em 2012 abriu um pedido de titulação territorial no INCRA-BA. Está situada em uma das regiões de maior altitude do distrito de Santiago do Iguape e reúne aproximadamente 250 famílias. Vindo da sede do município, o acesso a comunidade é por estrada não pavimentada, passando por Terra Vermelha ou pelo Alto do Kalolé.

O Brejo encontra-se em terras que outrora compuseram a fazenda Engenho da Guaíba, uma fazenda fundada no período colonial como produtora de açúcar, sob dependência do trabalho de mulheres e homens escravizados. As terras da antiga fazenda Engenho da Guaíba possui saída para a Baía do Iguape e faz divisa com a fazenda Guaibinha, o Engenho da Vitória e a Imbiara.

Nos anos de 1980, segundo indicam os quilombolas, o proprietário decidiu vender a fazenda e indenizou parte das famílias que lá moravam e trabalhavam. Na época, estes trabalhadores eram divididos entre "rendeiros" que em sua maioria viviam na parte mais alta da Guaíba e os moradores da senzala (termo que mesmo após a abolição continuou nomeando casas simples nos mesmos locais onde antes viveram os escravizados), ao nível da maré. Os rendeiros eram moradores que, para ocupar um pedaço de terra com moradia e alguma roça, pagavam "renda" ao proprietário. Esta renda era paga em serviços na fazenda, todas as segundas-feiras. Nos outros dias da semana o rendeiro tinha ainda a obrigação de trabalhar na fazenda sob o pagamento de uma diária.

A área da fazenda destinada pelo proprietário aos moradores foi a parte mais alta da fazenda (que é justamente a região com menor potencial agricultável), onde hoje moram os quilombolas do Brejo da Guaíba. Os rendeiros que moravam na parte alta receberam as terras onde já viviam e os que viviam nas regiões mais baixais, foram deslocados para o alto. Uma parte dos moradores da senzala também receberam indenização na cabeceira da fazenda, mas apenas um "chão de casa" (um espaço suficiente apenas para a construção de uma casa). Outros, apesar de não terem recebido nenhuma terra como indenização, também vivem no Brejo, mas em pequenos espaços doados por amigos e parentes que haviam se tornado donos dos sítios. Ainda segundo informações dos quilombolas, nenhuma das famílias indenizadas possuem documentos válidos de propriedade das terras.

Um quilombola que trabalhou na fazenda na época em que os moradores foram indenizados, nos anos 1980, conta que o proprietário lhe comentou: "Olha, se esse



Igreja de São José

povo resolver fazer uma briga, até a sede aqui a gente perde, porque tem família ali de mais de 100 anos".

#### Tabuleiro da Vitória

Número de famílias: 241

Certidão de comunidade remanescente de quilombo emitida pela Fundação Cultural Palmares em 25/10/2013

Etapa processual no INCRA: processo aberto em 2013, aguardando início do RTID

Patrimônio cultural: Igreja da Nossa Senhora da Conceição, Igreja de Santa Barbara, Caruru de São Cosme e Damião, Reza de São Roque, Trezena de Santo Antônio

Infraestruturas: Escola Creche João Matos da Silva (Educação Infantil), Escola Otávio Pereira (Ensino Fundamental), Posto de Saúde da Família do Tabuleiro

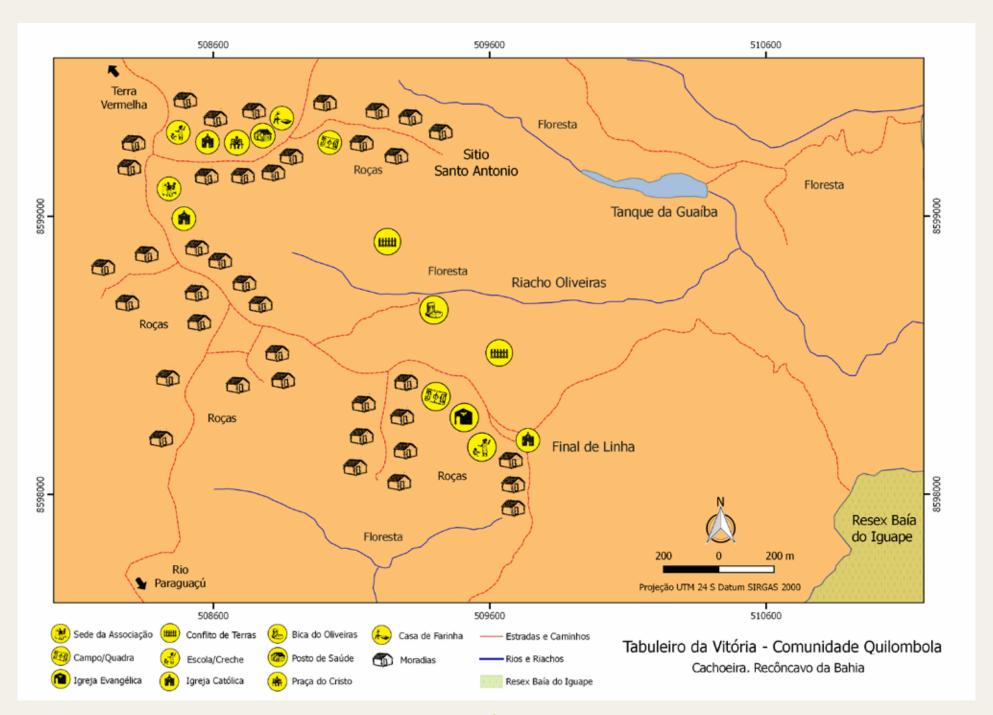
Associações: Associação de Mulheres do Quilombo do Tabuleiro da Vitória e Adjacências, Associação dos Produtores do povoado do Tabuleiro da Vitória



Vista do Vale do Iguape



Bica do Rio Oliveira





Sede da Associação de Mulheres do Quilombo do Tabuleiro da Vitoria e Adjacências

A comunidade quilombola Tabuleiro da Vitória recebeu o certificado como remanescentes de quilombo em 2013 e no mesmo ano solicitou a abertura do processo de titulação de seu território no INCRA-BA. É hoje composta por 241 famílias e encontra-se localizada na região de maior altitude de uma península banhada a leste pelas águas da Baía do Iguape e a oeste pelo Rio Paraguaçu. Chega-se à Tabuleiro da Vitória por estrada não pavimentada passando por Brejo da Guaíba ou pelo Engenho da Vitória.

Esta comunidade está disposta em terras que pertenceram a duas fazendas originadas no período colonial como produtoras de açúcar e dependentes do trabalho de escravizados, o Engenho do Buraco e o Engenho da Guaibinha. A área da comunidade no Engenho do Buraco trata-se de indenizações recebidas nas décadas 1960 e 1970 por famílias que lá trabalhavam. Já o trecho na Guaibinha foi adquirido através de compras por ascendentes dos quilombolas, provavelmente no início do século XX. Sejamas terras recebidas como indenizações ou as áreas compradas, estão todas dispostas pelas regiões mais altas da fazenda, única que os fazendeiros dispensaram aos quilombolas, exatamente por serem as terras menos férteis de suas propriedades.

Antes de receberem as indenizações, as famílias quilombolas que viviam no Engenho do Buraco mantinham-se lá na condição de "rendeiros", moradores que para ocupar

um pedaço de terra deviam pagar "renda" ao proprietário. Esta renda era paga em serviços todas as segundas-feiras. O rendeiro tinha ainda a obrigação de nos outros dias da semana trabalhar na fazenda sob o pagamento de uma diária. Eles executavam atividades diversificadas e extenuantes, como a extração manual de pedras, corte de bambu, produção de tijolos, extração de lenha, produção de tijolos e cuidados com o gado. Além das famílias indenizadas em terras pelo proprietário do Engenho do Buraco e daquelas que vivem em terras herdadas por ascendentes que compraram alguns sítios na fazenda Guaibinha, em Tabuleiro da Vitória vivem ainda descendentes de escravizados que após a abolição se tornaram agregados na fazenda Guaibinha. Estes também viviam na condição de rendeiros, mas não receberam indenização em terras e moram hoje em pequenos pedaços de terra doados por amigos e parentes.

Tabuleiro da Vitória se destaca em sua devoção a São Cosme e Damião e Santa Bárbara, exteriorizada em celebrações nas quais se oferece o caruru. A época do caruru inicia-se no mês de setembro (mês de São Cosme e Damião) e segue até janeiro, excluindo-se o mês de novembro, que é o "mês das almas". Após uma reza no início da noite, é comum que aconteça o samba de roda, que segue até a manhã do dia seguinte. Enquanto os convidados se divertem, o caruru é servido. Primeiro comem as crianças, depois as mulheres e, por fim, os homens. O samba de roda acontece ao som de instrumentos como tamborim, violão, pandeiro, timbau e cavaquinho. Alguns dos moradores que oferecem o Caruru em Tabuleiro da Vitória são: Vandinha, Candinha, Quinha, Marlene, Tereza, Lelinha, Chico de Brás e Luís de Loli. Além desses existem outros, mas como explicado por uma quilombola: "tem muito mais, mas a gente que esquece; lembra mais é quando está na época e que falam, 'a reza de fulano é hoje'..."

Outro santo de devoção tradicional em Tabuleiro da Vitória é São Roque. Para ele são oferecidos mungunzá, pipoca e "queimados" (doces, balas e bombons). Quando um devoto que anualmente promove a reza de São Roque por algum motivo se encontra inviabilizado de oferecer um evento completo, há a possibilidade de repartir apenas a flor (a pipoca) com as crianças. Cada devoto que oferece a "pipoca para São Roque" tem uma história pessoal para contar sobre sua devoção e relação com o santo.

Práticas de solidariedade e ajuda mútua também são frequentes no quilombo de Tabuleiro da Vitória. Na época de plantação, período em que o serviço na roça demanda um trabalho mais intenso em comparação ao restante do ciclo de cultivo, os quilombolas se organizam em "dejuntórios" (mutirões). As atividades de subsistência desenvolvidas nas águas da baía do Iguape e do rio Paraguaçu também são tradicionalmente realizadas em "equipe" (como chamam os grupos de mutirão para a mariscagem e pesca).

## Mutecho e Acutinga

Número de famílias: 300

Processo na Fundação Cultural Palmares aberto em 12/12/2016, em andamento.

Etapa processual no INCRA: aguardando certificação da Palmares

Patrimônio Cultural: Igreja de São João Batista, Vestígios dos antigos engenhos e das casas dos antigos moradores

Infraestruturas: Escola General Alfredo Américo Silva (Educação Infantil, Ensino Fundamental)

Associação: Associação de Moradores do Quilombo Mutecho/Acutinga



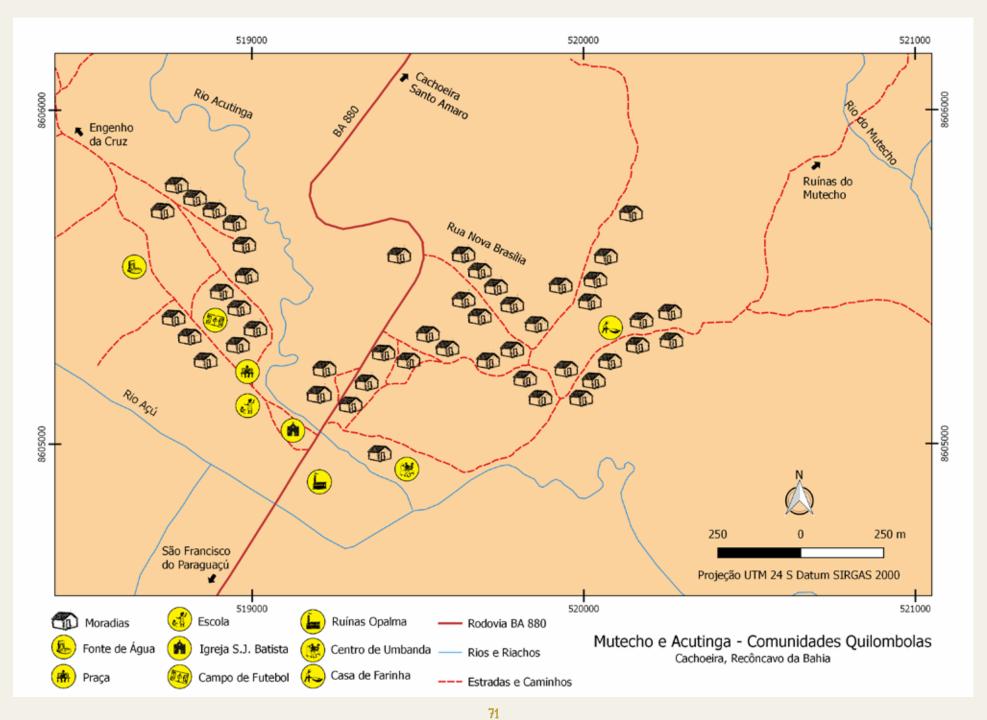
Ruínas da represa do antigo Engenho Caldeirão de Dentro







70



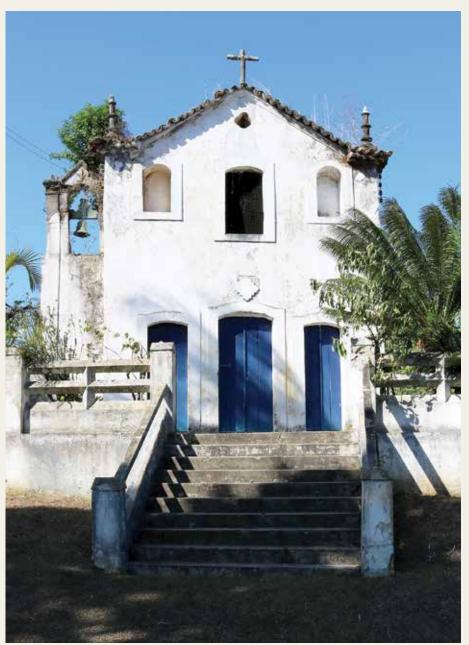
As comunidades Mutecho e Acutinga, com cerca de 300 famílias, constituem os membros mais recentes do Conselho Quilombola e ainda aguardam seu processo de certificação pela Fundação Palmares.

Estas comunidades estão situadas nas margens da BA-880 (Acutinga, à direta e Mutecho, à esquerda, na direção São Francisco do Paraguaçu), na área do que antes era o Engenho da Acutinga, que sediou a fábrica de azeite Opalma, por isso, por vezes esses povoados também são denominados de Opalma, designação que os moradores não mais aceitam.

Com o declínio e posterior encerramento das atividades da Opalma, muitos moradores retornaram a desempenhar suas atividades de origem: a pesca e roça.



Vestígios das antigas moradias do Mutecho



Igreja de São João Batista

# Conflitos ambientais no Vale do Iguape

Por Marcelo Araujo

Para efeito deste trabalho, conflitos ambientais são aqueles decorrentes dos diferentes modos de apropriação dos recursos naturais, geralmente em condições de desproporcionalidade de poder, levando à disputa entre sistemas diversos de uso, controle e significação dos recursos, em que não raro se processa a despossessão dos grupos locais (ZHOURI et al, 2016).

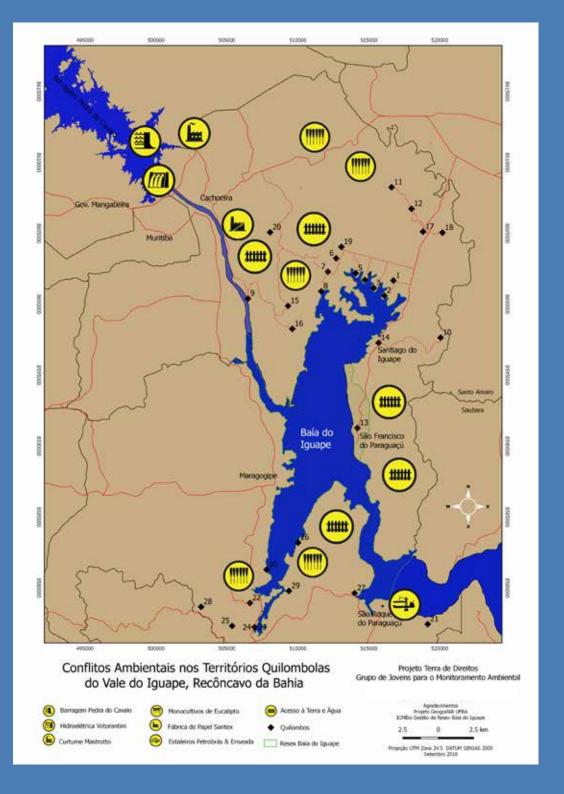
De uma forma geral, estes conflitos envolvem, de um lado, comunidades locais com seus modos de vida característicos, habitando o território desde muitas gerações e. do outro lado, empreendimentos econômicos externos ao território que nele se instalam para a implantação de atividades produtivas dependentes dos recursos locais, sejam eles naturais e/ou logísticos. Os conflitos surgem em consequência das diferentes percepções sobre a natureza, pois, enquanto as comunidades tradicionais a reconhecem como característica do seu território, parte fundamental do seu modo de vida e garantia da sua sobrevivência, os agentes econômicos a observam como um insumo no seu processo produtivo, que após esgotado, pode levar à transferência da sua atividade para outra localidade com maior riqueza e disponibilidade de recursos. Quando assim o fazem, deixam aos moradores locais as consequências dos danos ambientais.

Neste contexto, os conflitos atuantes nos territórios quilombolas, levantados e mapeados por meio de oficinas participativas, impactam sobretudo a região da Baia do Iguape, abrigada pela Resex. Na conclusão desta primeira etapa do projeto, os principais conflitos identificados correspondem à Barragem e Hidrelétrica de Pedra do Cavalo, Polo Naval na foz do Rio Paraguaçu, Monocultivos de Eucalipto, Indústria de Beneficiamento de Couro e Indústrias de Produção de Papel Reciclado. Em todo o território, de forma dispersa, são encontrados conflitos por terras e acesso à água.

- 1. Kaonge
- 2. Dendê
- 4. Engenho da Ponte
- 5. Engenho da Praia
- 6. Tombo
- 8. Imbiara
- 9. Engenho da Vitória
- 10. Kaimbongo Velho

- 12. Engenho da Cruz
- 13. São Francisco de Paraguaçu
- 14. Santiago do Iguape
- 15. Brejo da Guaiba
- 16. Tabuleiro da Vitória
- 17. Acutinga
- 18. Mutexto
- 19. Palmeira 20. Terra Vermelha

- 21. Enseada de Paraguaçu
- 22. Giral Grande
- 24. Tabatinga
- 25. Guaruçú
  - 26. Salaminas Putumuju
- 28. Quizanga
- 29. Porto da Pedra



# Barragem e hidrelétrica de Pedra do Cavalo

A Barragem de Pedra do Cavalo entrou em operação em 1985, represando as águas do Rio Paraguaçu, imediatamente à montante da sede dos municípios de Cachoeira e São Felix. À época, embora já estivesse regulamentada a Lei da Política Nacional de Meio Ambiente, de 1981, os procedimentos para o licenciamento ambiental só vieram a ser estabelecidos em 1985, por meio da Resolução 01 do Conselho Nacional de Meio Ambiente (CONAMA). Assim, a barragem foi estabelecida sem avaliação de impacto ambiental e sem ouvir as comunidades afetadas e, deste modo vem funcionando até os dias atuais, embora tenha recebido licença de operação do Conselho Estadual de Meio Ambiente (CEPRAM), no ano de 1988.

A barragem foi construída pela antiga Companhia de Desenvolvimento do Vale do Paraguaçu (DESENVALE) e esteve sob gestão da Empresa Baiana de Saneamento (EMBASA) até 2001. Em 2005, entrou em operação a Usina Hidrelétrica (UHE) sob responsabilidade da empresa Votorantim Energia. A partir de então, a gestão do complexo Barragem/UHE está sob responsabilidade da Companhia Baiana de Engenharia Ambiental (CERB), em conjunto com a Votorantim Energia e a EMBASA, estando a penúltima respondendo pela geração de energia e a última pela captação e tratamento da água para abastecimento público, principalmente da região metropolitana de Salvador.

Segundo Message et al (2016), as barragens, ao converterem o rio em um lago, modificam o fluxo das águas e afetam significativamente o ambiente aquático, sobretudo as espécies da fauna e da flora que nele habitam. Dentre os impactos mais comuns, é possível destacar as alterações no aporte de nutrientes e de sedimentos, mudanças na salinidade ao longo do curso d'água, flutuações no nível de água e das vazões, alterações na propagação das marés e mudanças na vegetação ciliar. No caso dos ambientes estuarinos, como é o caso da Baia do Iguape, o regime de vazão imposto pelas barragens afeta sobretudo a variação temporal e espacial da salinidade, tornando regiões mais ou menos propícias para determinados tipos de peixes e mariscos, ou mesmo facilitando a proliferação de espécies exóticas invasoras. Todas estas alterações tornam-se especialmente impactantes para as comunidades que vivem da pesca, porque os impactos afetam diretamente a quantidade e qualidade da produção pesqueira.

No caso de Pedra do Cavalo, a situação ficou ainda mais complexa com a entrada em operação, no ano de 2005, da usina hidrelétrica, operada pela empresa Votorantim. A operação da hidrelétrica intensificou as alterações na dinâmica do fluxo das águas, uma vez que, para girar as turbinas é necessário a movimentação de uma grande quantidade

de água em curtos intervalos de tempo, ocasionando verdadeiras enxurradas no leito do rio, praticamente arrastando toda a vegetação, peixes e mariscos.

As alterações na vazão do Rio Paraguaçu têm sido intensas, dados apontam que antes da Barragem o volume de água correndo no leito do rio, nos períodos mais chuvosos, correspondia a 280m³/s, após a Barragem o volume foi reduzido para 180m³/s e, com a operação da UHE, caiu para 50m³/s. A efetiva extensão destes impactos ainda é desconhecido e a hidrelétrica opera em dissonância com os procedimentos de licenciamento ambiental.

Considerando este contexto, em 08 de junho de 2017, o Ministério Público Federal realizou audiência pública na cidade de Maragogipe-Ba com o objetivo de ouvir as partes interessadas, incluindo as comunidades de pescadores e pescadoras, na ocasião, os técnicos do ICMBio relataram que as turbinas da UHE ao entrarem em operação, liberam água doce da barragem no leito do rio Paraguaçu, em direção à Baía de Iguape, de forma aleatória – em horários diversos e com volumes de água variados – provocando alterações abruptas no ecossistema, alterando o volume, a velocidade e a salinidade da água. Em razão do volume de água liberada pela usina não acompanhar o regime das marés, os organismos aquáticos não têm tempo de se adaptar ou locomover, o que resulta em sua diminuição e morte. Assim, o órgão gestor da Resex solicitou a suspenção das operações da usina até a regularização do licenciamento, que deve prever a redução e maior controle dos impactos ambientais, tendo a empresa protocolado novo pedido de licença nos primeiros meses de 2019, estando em processo de tramitação.



# Estaleiros na foz do Rio Paraguaçu

A foz do rio Paraguaçu apresenta características físicas e geográficas que a tornam um local de interesse para a instalação de empreendimentos navais, como a localização em águas abrigadas e a sua elevada profundidade, que permite o transporte de grandes equipamentos e embarcações, a exemplo das plataformas para exploração de gás e óleo.

Desde a década de 1970, a região abriga um estaleiro da Petrobrás instalado com a finalidade de fazer manutenção nos equipamentos da empresa. A partir dos anos 2000, iniciou-se um planejamento para expansão dos empreendimentos navais no Brasil e esta região foi selecionada para a implantação de um Polo Naval que pudesse atrair investimentos para o setor e, também, dinamizar a economia regional. Originalmente, o projeto pretendia implantar 3 estaleiros no distrito de São Roque do Paraguaçu (Maragogipe-Bahia), mas, até o momento, estão implantados 2 empreendimentos, o antigo "canteiro" da Petrobrás e o Estaleiro Enseada, este ultimo de propriedade de um consórcio envolvendo as empresas nacionais Odebrecht e OAS, mais a empresa japonesa Kawasaki Heavy Industries. O Estaleiro Enseada está instalado em terras requisitadas como parte do território da Comunidade Quilombola de Enseada do Paraguaçu.

Os dois estaleiros foram instalados em área originalmente pertencente à Resex, cujos limites tiveram que ser alterados para permitir a implantação dos mesmos, em um processo que não contou com a participação e nem consulta às comunidades ou ao conselho gestor da área protegida. O relatório de impacto ambiental contratado pela SUDIC, órgão do governo do Estado da Bahia, identificou 75 impactos ambientais causados pelo empreendimento, sendo 53 deles negativos (SUDIC, 2009). Importante ressaltar que os empreendimentos navais já causaram impactos nas comunidades antes mesmo da sua implantação, por meio da alteração dos limites da Resex, pois ao tempo em que houve exclusão da região de São Roque do Paraguaçu, houve inclusão da comunidade de São Francisco do Paraguaçu e do sitio histórico do Convento de São Antônio do Paraguaçu, sem as devidas consultas aos pescadores e pescadoras, em processo que gerou muitas controvérsias.

A implantação dos empreendimentos promoveu o desmatamento de vegetação nativa, incluindo áreas de manguezais, redução das áreas de pesca e mariscagem, bem como a dragagem do estuário que suspendeu durante 6 meses a atividade pesqueira das comunidades. Nos relatos das comunidades, estas intervenções trouxeram prejuízos

econômicos e aos seus modos de vida, levando ao desaparecimento e redução das populações de espécies de peixes, crustáceos e mariscos.

Para a região de Maragogipe e distritos, o "polo naval" ainda resultou na atração de significativo contingente populacional em busca de oportunidade de trabalho, posteriormente não confirmada ou suspensa, gerando demandas para os serviços públicos básicos (mobilidade, segurança, saúde, educação) e especulação imobiliária, aumentando os custos das transações e dos imóveis (SILVA, 2015).

Reputa-se também aos estaleiros e à barragem/hidrelétrica, o surgimento de uma espécie de organismo que vem causando coceiras e irritações na pele dos pescadores e pescadoras. Em verdade, trata-se uma espécie de espoja (Amorphinopsis atlântica), um organismo provavelmente exótico, cuja origem e causas de multiplicação na Baía do Iguape ainda se conhece pouco e vem sendo estudada por pesquisadores da UFBA e da UFRB. Em geral, as esponjas são organismos de grande relevância no ambiente aquático, contudo, a espécie citada vem causando prejuízos à saúde, à economia e ao modo de vida das comunidades pesqueiras, certamente em decorrência de desequilíbrio nas condições ambientais (PECHINE, 2014).

Outro organismo que vem se alastrando pela área do estuário é o Coral Sol (Tubastrea sp.), introduzido no Brasil na Bacia de Campos pela indústria Petroleira, logo foi trazido para a Baia de Todos os Santos e Baia do Iguape, pelo mesmo ramo industrial, cuja disseminação é favorecida pela salinização promovida pela contenção de água doce pela Barragem Pedra do Cavalo.



# As industrias de couro e papéis reciclados

As indústrias instaladas em Cachoeira e Santo Amaro, de beneficiamento de couro e produção de papeis reciclados, são causadoras de conflitos ambientais sobretudo pelo uso intensivo das águas e os riscos no descarte de resíduos e lançamento de efluentes no Rio Paraguaçú, os quais afetam a qualidade das águas e, consequentemente, a produção pesqueira.

A indústria Mastrotto Reichert S/A integra o Gruppo Mastrotto, com sede em Arzignano, na Itália. O grupo é lider mundial no processo de industrialização do couro, atuante ainda em outros setores como roupas e acessórios esportivos, bem como baterias elétricas. A unidade de Cachoeira, ocupa aproximadamente 5ha, tem aproximadamente 530 trabalhadores e foi instalada no ano de 2000, com vistas ao processamento do couro bovino para a sua utilização em estofamento de móveis e automóveis, sendo a sua produção exportada para todos os continentes.

Em geral, a indústria do curtume é considerada de alto potencial poluente, pois no seu sistema de produção aplica-se um grande volume de água, fazendo-se uso de processos químicos, com produtos potencialmente tóxicos, a exemplo do sulfato de cromo. As etapas industriais geram resíduos sólidos e líquidos em volumes elevados, os quais apresentam composição química extremamente complexa e, por isso, seu tratamento é bastante difícil. Nos curtumes, o cromo é utilizado em grande escala para a transformação da pele de animais em couro, um produto resistente à biodegradação, de grande utilidade e valor comercial. O composto aplicado nesse processo é o sulfato de cromo, o qual promove o enrijecimento da pele, garantindo a preservação do produto final. Em geral, o cromo é um elemento químico que, em pequenas quantidades, está presente nos organimos vivos e exerce importantes funções, no entanto, quando em concentrações elevadas, pode trazer danos à saúde e ao meio ambiente. Devido a este risco, o seu uso nas atividades domésticas e industriais requer atenção especial, sobretudo no que se refere à sua disposição no meio ambiente, por meio dos resíduos, efluentes e emissões na atmosfera.

Ações de fiscalização ambiental do ICMBio têm encontrado, nos efluentes da Mastrotto, níveis de cromo tetravalente muito próximos ao máximo permitido, que lançado sobre as águas já bastante poluídas do rio Paraguaçu, pode trazer danos potenciais à qualidade ambiental. No caso da empresa em questão, a mesma informa que mantém uma estação de tratamento dos efluentes, também promove o reuso da água e possui aterro para a correta disposição dos resíduos sólidos, no entanto, a apreensão quanto aos riscos ambientais está presente nas comunidades que vivem ao logo do baixo curso do Rio Paraguaçú e dependem deste recurso para a sua subsistencia.

Quanto às indústrias de produção de papel reciclado, nas oficinas participativas, foram mencionadas a unidade da Santex e a unidade do Grupo Penha. A Santex localiza-se em Cachoeira, às margens do Rio Paraguaçú, no bairro de Tororó, bem próximo à comunidade do Engenho da Vitória, sendo denominada formalmente de Santo Expedito Indústria de Papéis Ltda, trabalha apenas com reciclagem de aparas de papel/papelão para a produção de "papel maculatura", um tipo de papel 100% reciclado, na cor natural, comercializado em bobinas. Segundo a empresa, o seu processo de produção não faz uso de produtos químicos, contudo a comunidade reclama do lançamento de poluentes ("água verde") nas águas do Paraguaçú.

O Grupo Penha possui uma das suas unidades de produção instalada na área urbana da cidade de Santo Amaro, contudo detém aproximadamente 3,000 hectares de plantios de bambu (Bambusa vulgaris) distribuídos nos municípios de Cachoeira e Santo Amaro (GUARNETI, 2013). Segundo, a Base de Dados de Espécies Exóticas do Instituto Horus, a espécie Bambusa vulgaris, originária da Ásia, apresenta alto risco de comprometimento dos ecossistemas locais devido às suas características de reprodução vegetativa (rebrotamento) que levam à formação de touceiras extensas, aumentando o sombreamento e comprometendo o crescimento das espécies nativas e o processo natural de regeneração das formações florestas, tornando-se então uma invasora. Do mesmo modo que os curtumes, a industria de papel e papelão faz uso intenso da água em meio a processos químicos, gerando grande volume de resíduos e efluentes, cujo lançamento nas águas e no solo constitui a maior fonte de impactos ambientais, o que justifica a apreensão das comunidades quanto aos riscos de poluição das águas e do solo, exigindo um monitoramento regular da qualidade das águas.

Mesmo diante dos riscos evidentes de poluição, devido aos usos industriais e agrícolas das suas águas, não se tem conhecimento de nenhum monitoramento contínuo da qualidade das águas do Rio Paraguaçú. O governo estadual, por meio do INEMA, desenvolve o Programa Monitora, que tem como objetivo avaliar a evolução espacial e temporal da qualidade das águas em 134 rios do estado por meio de coletas sistemáticas em 315 pontos de amostragem, sendo que no Rio Paraguaçú são apenas 10 pontos ao longo de toda a sua extensão, constando um único ponto à jusante da Barragem de Pedra do Cavalo, os dados consultados na internet, apontam que o programa não está ativo desde 2015.

# Monocultivos de eucalipto

O eucalipto é um gênero de arvore originária da Austrália e que abrange mais de 400 espécies. Foi introduzido no Brasil na segunda metade do século XIX, mas os seus plantios vieram a tomar impulso apenas no século XX, incialmente para o fornecimento de lenha e madeira para a construção, atualmente para a produção de celulose.

Nos dias atuais, os plantios são desenvolvidos de forma industrial, com variedades selecionadas e plantios adensados, na forma de monocultivos e ocupando grandes extensões de terra. Nas regiões tropicais, o eucalipto encontra condições excepcionais de produção de biomassa, como resultado das condições favoráveis de solo, clima e oferta de água. Neste modelo de plantio, largamente adotado, as empresas de produção de papel controlam a maior parte da produção, seja por meio de plantios próprios ou por meio de fomento ao plantio, onde a empresa entra com as mudas e insumos, ficando a terra e a mão de obra por conta do proprietário rural (VITAL, 2007; MOSCA, 2008).

No estado da Bahia, os plantios concentram-se nas regiões litorâneas sul e norte, onde as empresas de papel e celulose mantêm suas bases de produção e unidades industriais. Desde que tais plantios industriais se expandiram, os conflitos ambientais e de natureza agrária tornaram-se mais evidentes. Na região do Vale do Iguape, alguns plantios vêm sendo implementados por meio dos programas de fomento florestal, tendo sido identificados, até o momento, plantios fomentados pela empresa Copener.

A Copener Florestal é uma empresa pertencente ao grupo transnacional Royal Golden Eagle, sediado na Indonésia. A empresa possui plantios próprios de eucalipto, no litoral norte da Bahia e mantém um programa de fomento florestal, por meio do qual financia o plantio, incluindo serviços e insumos, cabendo ao agricultor repor tais custos, em madeira, à época da colheita. Sendo que a empresa ainda pode fazer adiantamentos anuais proporcionalmente à área plantada.

Assim como em outras regiões, no Vale do Iguape, os monocultivos de eucalipto vêm trazendo impactos relacionados à ocupação de áreas de preservação permanente, desmatamento de vegetação nativa e poluição, em decorrência do uso intensivo

de agrotóxicos. Além destes impactos, os plantios fomentados de eucalipto vêm acirrando as disputas de terras, uma vez que as populações que tradicionalmente ocupam os territórios vêm sendo ameaçadas de expulsão por parte dos fazendeiros locais interessados em aderir ao programa florestal da empresa Copener/Royal Golden Eagle.

Há registros de comunidades expulsas de suas terras e com acesso restrito ás áreas tradicionalmente utilizadas para a pesca, especialmente no município de Maragogipe (SAPUCAIA, 2016). Em geral, as comunidades locais não vêm como positivo a introdução dos plantios de eucalipto, entendem que os plantios desta espécie exótica trazem prejuízos na competição com as espécies nativas, promovem desmatamento, contaminação e esgotamento dos recursos hídricos, além de acirrar os conflitos agrários.

No dia 30 de outubro de 2018, diante das queixas das comunidades e das infrações identificadas pelos analistas ambientais do ICMBio, representante da empresa, em reunião do Conselho Gestor da Resex, informou sobre a realização de um levantamento de todas áreas fomentadas no interior e entorno da área protegida para, em seguida, discutir alternativas para o ordenamento ou mesmo a suspensão dos plantios.



# Os conflitos por Terra e Água

As comunidades quilombolas têm garantido pela Constituição da República (1988) o direito à terra que ocupam, conforme o Art. 68 das disposições transitórias (ADCT) que diz: "aos remanescentes das comunidades dos quilombos que estejam ocupando suas terras é reconhecida a propriedade definitiva, devendo o Estado emitir-lhes os títulos respectivos." Tendo a constituição sido promulgada em 1988, era de se esperar que tal norma já estivesse cumprida, daí a sua inclusão nas disposições transitórias, infelizmente até o momento, apenas 5,4% das comunidades tiveram suas terras regularizadas, conforme dados da CONAQ – Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas.

O Decreto Federal 4887/2003, veio regulamentar o citado Art. 68, revogando o decreto anterior de 2001, definindo que o território quilombola "compreende as terras ocupadas pela comunidade e utilizadas para a garantia de sua reprodução física, social, econômica e cultural". O decreto apresenta ainda as etapas para a regularização fundiária e as responsabilidades institucionais.

As etapas iniciais compreendem o reconhecimento e certificação pela Fundação Palmares, seguido de abertura de processo no INCRA, orgão responsável pelas fases de identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras, devendo, para tanto, providenciar as peças técnicas necessárias, que incluem o laudo antropológico, primeira etapa do Relatório Técnico de Identificação e Delimitação (RTID) de territórios quilombolas, após isto tem-se a publicação da portaria de reconhecimento, com prazo para contestação e, por fim, o Contrato de Concessão de Direito Real de Uso (CCDRU), conforme detalhado na Instrução Normativa 49/2008, publicada pelo órgão.

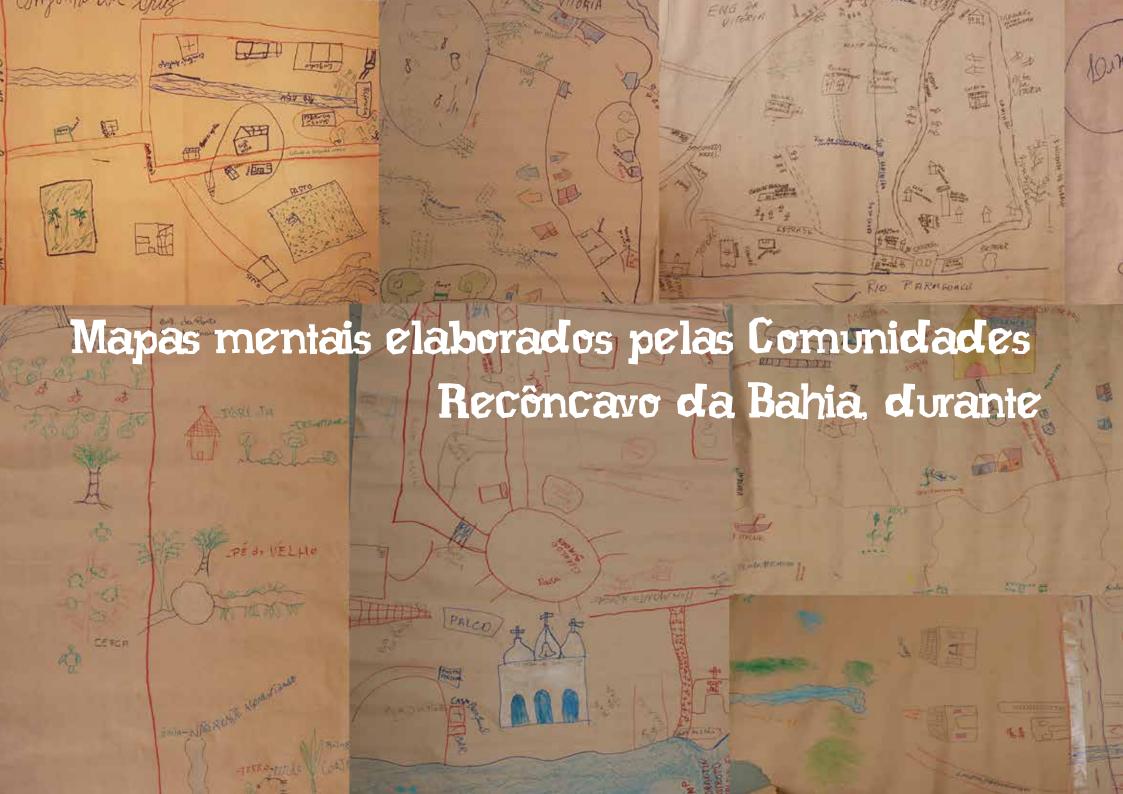
No caso das comunidades quilombolas do Vale do Iguape, em Cachoeira (BA), nenhuma delas conquistou a completa regularização de suas terras, por isto, permanecem diversos conflitos com os proprietários rurais (fazendeiros).

Em recente caso, o território tradicionalmente utilizado pela comunidade do terreiro de candomblé Ilê Axé Icimimó Aganjú Didé, na região da Terra Vermelha,

registrou conflito com a empresa de papelão Penha, devido a divergências quanto ao direito de posse e, também, em consequência dos impactos ambientais causados pelo cultivo de bambu (Bambusa vulgaris) utilizados pela empresa como material de combustão para seus processos produtivos.

Enquanto a regularização não é efetivada, os conflitos fundiários impedem o desenvolvimento das comunidades, seja pela dificuldade de acesso à terra para moradia, passagem, plantios e exercício de suas práticas culturais e religiosas, como pelo acesso á água, pois, conforme relatado nas oficinas, é comum a ocorrência de fontes de água nas "terras dos fazendeiros", onde as comunidade têm acesso limitado. Além disso, existe o conflito pelo direito de passagem e acesso até as áreas de uso comum, como é o caso da "maré", onde os quilombolas praticam a pesca e/ou a mariscagem.







### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, H. (Org.). Cartografia social e dinâmicas territoriais: marcos para o debate. Rio de Janeiro (RJ): IPPUR/UFRJ, 2010.

ANDRADE, T, Canuto, A. e Luz, C. (Coord.). Conflitos no Campo – Brasil 2016. CPT Nacional. Goiania/GO. 2017.

BASSI, Francesca & TAVARES, Fatima. Preparando o banquete, sonhando com a festa. ACENO, Vol. 4, N.7, p. 15-32. Jan. a Jul. de 2017. Cultura Popular, Patrimonio e Performance (Dossie).

BARICKMAN, B. J. E se a casa-grande não fosse tao grande? Uma freguesia açucareira do Recôncavo Baiano em 1835, Revista Afro-Asia 29/30. Salvador: CEAO/UFBA, 2003 (b)

BRASIL, FUNDACAO CULTURAL PALMARES/MINC. Lista de Certidões Expedidas as Comunidades Remanescentes de Quilombos (CRQS), Brasília, 2017. Disponível em http://www.palmares.gov.br/wp-content/uploads/2015/07/certificadas-18-02-2019.pdf Acessado em 22/03/2019.

BRASIL. Decreto sem número, da Presidência da República, de 11 de agosto de 2000. Cria a reserva extrativista marinha Baia do Iguape.

BRASIL. Lei no 12.058 de 13 de outubro de 2009. Dispõem sobre as alterações da reserva extrativista marinha Baia do Iguape.

CARVALHO, A.P.C.; HEIMER, M. Análise dos impactos do Estaleiro Enseada do Paraguaçu, Maragojipe/BA, como auxílio da Geotecnologia. In: IV CONGRES-SO LATINO AMERICANO DE ANTROPOLOGIA DA ASSOCIAÇÃO LATINO AMERICANA DE ANTROPOLOGIA. Anais. Cidade do México. 2015.

COLEGIADO TERRITORIAL DO RECÔNCAVO-CODETER Plano Territorial de Desenvolvimento Rural Sustentável e Solidário – PTDRSS do Recôncavo, Cruz das Almas – BA 2017.

CORDEIRO, A. Levantamento Socioeconômico da Baia do Iguape - Bahia. ICMBIO. Brasília, 1998.

CRUZ, Ana Paula. Costurando os retalhos: um estudo sobre a comunidade Santiago do Iguape. III EBE\III Encontro Baiano de CULT\Estudos em Cultura. 2015.

CRUZ, A. Viver do Que se Sabe Fazer: memória do trabalho e cotidiano em Santiago do Iguape (1960-1990). 2014. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Estadual de Feira de Santana.

CRUZ, C. et al. Arcellaceans (thecamoebians) na Baía de Iguape, Bahia. In: IX CONGRESSO DA ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE ESTUDOS DO QUATERNÁRIO. Anais. Salvador. 2003.

DUTERVIL, Camila. Relatório Antropológico de São Francisco do Paraguaçu. In: Relatório Técnico de Identificação e Delimitação do INCRA. Salvador: INCRA, 2007 (publicado no Diário Oficial da Uniao em 18/12/2007).

ECODIMENSAO - Meio Ambiente e Responsabilidade Social Ltda. Relatório Antropológico de Caracterização Geográfica do Território das Comunidades Remanescentes de Quilombo Caonge, Calemba, Dende, Engenho da Ponte e Engenho da Praia. Salvador, 2014

FARIA I, Projetos de Vida e Juventude: Um diálogo entre a escola, o trabalho e o "mundo" (uma experiencia de etnopesquisano Vale do Iguape). 2006. Dissertação (Mestrado em Educação). Universidade Federal da Bahia.

FREITAS, T.C. M. DE; MELNIKOV, P. Usage and recycling of chromium at tanneries in Mato Grosso do Sul, Brazil. Engenharia Sanitária e Ambiental, v. 11, n. 4, p. 305–310, dez. 2006.

GENZ, F. Avaliação dos efeitos da Barragem Pedra do Cavalo sobre a circulação estuarina do Rio Paraguaçu e Baía de Iguape. Tese de Doutorado. Instituto de Geociências: UFBA. 2006.

GUARNETTI, R. L. Cogeração de eletricidade utilizando bambuno Brasil: aspectos técnicos econômicos e ambientais. Tese de Doutorado. Programa de Pós-Graduação em Energia: USP.2013.

INEMA-Instituto do Meio Ambiente e Recursos Hídricos. Qualidade dos Rios. Disponível em http://www.inema.ba.gov.br/servicos/monitoramento/qualidade-dos-rios/. Consultado em 03 de outubro de 2018.

KUHN, Ednizia Ribeiro Araujo, Terra e Agua: Territórios dos pescadores artesanais de São Francisco do Paraguaçu-Bahia. 2009. Dissertação (Mestrado em Geografia), Instituto de geociências, Universidade Federal da Bahia.

MACHADO, M.F.Lutas e resistências nas "terras de preto": o caso de Santiago de Iguape. Dissertação de Mestrado. UFPE. 2015.

MARENA: Projeto Manejo Comunitário de Recursos Naturais na Resex Marinha Baia do Iguape. PROST, C. Resex do Iguape versus Polo Naval na Baia do Iguape. UFBA 2009.

MONTEIRO, S. e PROST, C. Impactos de atividades econômicas sobre os recursos hídricos na Baia do Iguape e Saubara. Projeto

MOSCA, A.L. de O. Avaliação dos impactos de plantações de eucalipto no Cerrado combase na análise comparativa do ciclo hidrológico e da sustentabilidade da paisagem de duas bacias de segunda ordem. Tese de Doutorado. Departamento de Geografia-USP2008.

PECHINE, S.; PECHINE, M. C. S. As esponjas e os pescadores na Bacia do Iguape, Santiago do Iguape. In: SEMINÁRIO DE PESQUISA BAÍAS DA BAHIA. Caderno de Resumos. São Francisco do Conde: Unilab. 2014.

SAPUCAIA, C.S. Quando o eucalipto chega na maré: estudos sobre os impactos da monocultura nas comunidades quilombolas do Guaí - Maragogipe(BA). In : III SIMPÓSIO NACIONAL DE ESPAÇOS COSTEIROS. Salvador: UFBA 2016.

SANTOS, A. O trabalho com famílias no CRAS Quilombola da Bacia e Vale do Iguape-Cachoeira-Bahia. Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação). UFRB -Cachoeira 2012.

SILVA, S. A sobreposição de territórios: a indústria naval no Quilombo Enseada do Paraguaçu, em Maragogipe/BA. Revista de Direito da Cidade, v. 7, n. 2, p. 484-517.2015.

SILVA, Islana de Oliveira. Cultura Escolar em Santiago Do Iguape: Ressonâncias, Tensões e Possibilidades. 2008. Dissertação (Mestrado em Educação), Universidade Federal da Bahia.

SOUZA, D.S. Na teia da escravidão: trabalho e resistência no Recôncavo baiano. Revista de História, v.01, n.01, p.21, 2009.

SOUZA, Leomir Santana de. Quilombolas em Rede: Os efeitos da internet entre jovens da comunidade quilombola de São Francisco do Paraguaçu – Cachoeira/Bahia. 2017. Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais: Cultura, Desigualdades e Deservolvimento) - Universidade Federal do Recôncavo da Bahia.

SUDIC - Superintendência de Desenvolvimento Industrial e Comercial. RIMA - Relatório de Impacto Ambiental Estaleiro do Paraguaçu. Salvador. 2009.

TOMAZ, A. e Santos, G. Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil. Conselho Pastoral dos Pescadores, Brasília. 2016.

VIANA, Alberto de Campos Filho. Caracterização socioeconômica das comunidades quilombolas da Bacia e Vale do Iguape. 2018. Projeto Terra de Direitos: Apoio a defesa e proteção dos direitos políticos e civis das comunidades remanescentes de quilombo do Recôncavo Baiano.

VILHENA, L.S. Cartas de Vilhena. Mapa de localização dos engenhos na região do Iguape (Adaptado). Notícias Soteropolitanas e Brasílicas.

VITAL, M.H.F. Impacto ambiental de florestas de eucalipto. Revista do BNDES, v.14, n.28, p. 235-276, 2007.

ZAGATTO, B. Sobreposições territoriais no Recôncavo Baiano: a reserva extrativista baia do Iguape, Territórios Quilombolas e Pesqueiros e o polo industrial naval. 4 Ruris, Volume 7, número 2, setembro 2013.

ZHOURI, A et al. O desastre da Samarco e a política das afetações: classificações e ações que produzemo sofrimento social. Ciência e Cultura, v. 68, n. 3, p. 36-40, 2016.

### **ORGANIZAÇÃO**

Marcelo Araujo, CECULT/UFRB Leonardo Di Blanda, COSPE Martina Molinu, COSPE

#### **AUTORES**

Ana Tereza Faria - CAMPO, Carlos Caroso - UFBA, Fátima Tavares - UFBA, Juliana Barros - CECULT/UFRB, Leonardo Di Blanda - COSPE, Marcelo Araujo - CECULT/UFRB, Mariana Balen - CECULT/UFRB

### ORGANIZAÇÃO DAS OFICINAS PARTICIPATIVAS

Ananias Viana – CECVI, Leonardo Di Blanda – COSPE, Juliana Barros - CECULT/UFRB, Marcelo Araujo - CECULT/UFRB, Rosangela Viana - CECVI

## ELABORAÇÃO DOS MAPAS

Marcelo Araujo - UFRB

Grupo de jovens: Adriana A.S. da Conceição, Anna Flávia França do Carmo, Edivan dos Santos Conceição, Eliana Santos, Elisiane Araujo dos Santos, Erielson Silva Santos, Erlan dos Santos Costa, Felipe de Jesus dos Santos, Fernanda Santos de Jesus, Geovane Castro dos Santos (*In Memoriam*), Gleice Vasconcelos, Gleicilene da Silva, Itamara dos Santos, Luana dos Santos da Silva, Marcos Hitalo Santos de Jesus, Melissa de Jesus dos Santos, Renata Nogueira da Silva, Thailane Souza dos Santos, Tiago Assis dos Santos, Vanessa Conceição dos Santos, Vinicios Pereira Santos

## EDIÇÃO E REVISÃO DOS TEXTOS

Luciana Reis

## PROJETO GRÁFICO e EDITORAÇÃO:

Carlínio França

#### **FECHAMENTO DE ARQUIVO**

Bárbara Almeida

#### **FOTOS**

Acervo do Instituto Chico Mendes/RESEX Marinha Baía do Iguape, Acervo do CECVI, Ana Tereza Faria, Alelson Santos de Assis, Carlos Caroso, Eliana Santos, Erielson Silva Santos, Gleice Vasconcelos, Lara Perl, Leonardo Di Blanda, Marcos Aurélio Rodrigués De Sousa, Marcelo Araujo, Mariana Balen

#### **PARCEIROS**

Centro de Ciências Agrárias, Ambientais e Biológicas - CCAAB Centro de Cultura, Linguagens e Tecnologias Aplicadas - CECULT/UFRB Centro de Educação e Cultura do Vale do Iguape – CECVI Cooperazione per lo Sviluppo dei Paesi Emergenti – COSPE Universidade Federal da Bahia – UFBA Universidade Federal do Recôncavo da Bahia - UFRB

#### **AGRADECIMENTOS**

Ademario Salvador da Silva, Adenildes Santana Menezes, Alberto Viana, Alelson Santos de Assis, Ananias Viana, Antônio Lima Leôncio, Conselho Quilombola da Bacia e Vale do Iguape, Crispim dos Santos, Crispiniano Costa de Assis, Edilma Santana Costa, Elisangela Guimaraes de Jesus, Escola Cosme e Damião, Escola de 1º São Francisco de Paraguaçu, Escola General Alfredo Américo da Silva, Erasmo Costa, Florisvaldo Ferreira dos Santos, Geovanda Viana, Josélia da Hora, Jucilene Nery Viana, Juranilton dos Santos, Marcos Aurélio Rodrigués de Sousa Maria das Graças Silva de Brito, Maria da Conceição Santos da Silva, Marcos Aurelio, Núcleo de Mulheres Marias Filipas, Renato Santana Soares, Rosa da Imbiara, Rosane Viana, Vadinea Santos Lima, Vanderson Sales dos Santos, Sergio Freitas, Seu Mica, Terreiro de Umbanda 21 Aldeias de Mar e Terra.



